

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

DANIELLI MARAFIGO ARPINO

**DESENTENDIMENTOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DO FEMINISMO RADICAL
DIANTE DA TRANSGENERIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientadora: Profa. Dra. Solange Mittmann

Porto Alegre

Dezembro de 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Arpino, Danielli Marafigo
DESENTENDIMENTOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DO
FEMINISMO RADICAL DIANTE DA TRANSGENERIDADE /
Danielli Marafigo Arpino. -- 2015.
59 f.

Orientadora: Solange Mittmann.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa
e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Francesa e
Literatura de Língua Francesa, Porto Alegre, BR-RS,
2015.

1. Transfeminismo. 2. Feminismo Radical. 3.
Transgeneridade. 4. Transfobia. 5. Feminismo. I.
Mittmann, Solange, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me acompanharam e apoiaram nessa jornada intensa que foi a realização deste trabalho. Sem vocês tudo teria sido ainda mais difícil. Agradeço pelo carinho, apoio e atenção diante da minha constante ansiedade.

À Solange, minha orientadora super dedicada, um enorme obrigada pela imensa paciência com meus devaneios constantes e a enorme energia dedicada para que eu conseguisse concluir este trabalho em tempo. Sem dúvida, não teria conseguido sem todo teu empenho. E além da ótima orientação, ao longo da qual muito aprendi, ainda ganhei uma nova e divertida amiga.

À Verônica, minha melhor amiga, pelos inúmeros incentivos nos momentos mais difíceis compartilhando anseios e pequenas alegrias nesse processo árduo, para duas procrastinadoras compulsivas, de conseguir concluir um TCC. Indubitavelmente, a pessoa mais próxima neste último mês de trabalho, obrigada pelo apoio incondicional e as longas e prazerosas conversas pelo telefone. E obrigada por ter sempre me persuadido a não desistir na reta final.

Ao “beibe”, meu amado querido, um obrigado cheio de ternura por ter sempre me apoiado sendo compreensível com a minha falta de tempo e atrapalhões de uma rotina conturbada e exaustiva, além de ter sido meu interlocutor preferido nas nossas longas conversas a respeito das minhas investigações sobre gênero.

Aos meus irmãos queridos, Marcello, Carol e Cris, que cada um à sua maneira também me deram força para seguir em frente sem desanimar perante os obstáculos.

E, finalmente, um obrigada cheio de amor aos meus pais, que sempre me deram todo o amor e suporte de que precisei, sempre zelosos, desejando o melhor pra mim e respeitando minhas decisões. Obrigada por terem se dedicado tanto a mim e por terem me ensinado sempre a respeitar os outros. Obrigada pelos deliciosos lanchinhos veganos e batidas de leite de amendoim com cacau enquanto eu estava fazendo este trabalho, mãe! Obrigada pelos sanduíches, pai! Com amor incondicional: obrigada por tudo, mãinha. Obrigada por tudo, painho.

RESUMO

Neste trabalho, fundamentado na teoria da Análise do Discurso de linha pêcheutiana (AD), proponho uma análise do discurso feminista radical diante da transgeneridade e uma análise da concepção de gênero nos discursos transfeminista e feminista radical. A metodologia deste trabalho se constitui do recorte e análise de sequências discursivas (SDs) encontradas no grupo de discussão feminista “Marcha das Vadias - POA” instalado na plataforma Facebook e outras retiradas de dois blogs: “radicalista.wordpress.com” e “feminismotrans.wordpress.com”. Como esta pesquisa aborda o discurso feminista, a formação discursiva foi tomada como noção central, levando à designação “formação discursiva feminista”. Foram analisados, então, discursos produzidos no âmbito da formação discursiva feminista, observando os conflitos internos a respeito da transgeneridade e a relação com uma rede de memória. Assim, o trabalho de análise envolve aqui olhar para a relação da noção de formação discursiva com, por um lado, as de memória discursiva e memória metálica e, por outro, a de posição-sujeito.

Palavras-chave: feminismo radical, transgeneridade, transfeminismo, formação discursiva, memória discursiva.

ABSTRACT

In this work, from the Pêcheux's theory of Discourse Analysis (DA), I propose an analysis of the radical feminist discourse on transgenderism and an analysis of the conception of gender in the transfeminist and radical feminist discourses. The methodology of this work consisted in the analysis of discursive sequences (SDs) picked out from the feminist discussion group "Marcha das Vadias - POA" on Facebook and from the blogs "radicalista.wordpress.com" and "feminismotrans.wordpress.com". Since this research addresses the feminist discourse, the discursive formation was taken as a central notion, leading to the designation "feminist discursive formation". Were analyzed, then discourses produced within the feminist discursive formation, observing the internal conflicts about transgenderism and the relationship with a memory network. Thus, the work of analysis involved looking at the relation between the notion of discursive formation and, on the one hand, the discursive memory and, on the other, the position-subject.

Keywords: radical feminism, transgenderism, transfeminismo, discursive formation , discursive memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO	8
1.1. SOCIEDADE BRASILEIRA E TRANSFOBIA	8
1.2. TRANSATIVISMO	11
1.3 FEMINISMO RADICAL E TRANSFEMINISMO	15
2 FORMAÇÃO DISCURSIVA, MEMÓRIA FEMINISTA E AMBIENTE VIRTUAL DISCURSIVO	20
2.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA FEMINISTA E O CONFLITO ENTRE AS POSIÇÕES-SUJEITO TRANSFEMINISTA E FEMINISTA RADICAL.....	20
2.2 MEMÓRIA DISCURSIVA FEMINISTA E MEMÓRIA METÁLICA FEMINISTA	24
2.3 TERRITÓRIOS VIRTUAIS, SUAS DINÂMICAS E O TRABALHO DO ANALISTA DO DISCURSO NESSE AMBIENTE	27
2.4 GRUPO MARCHA DAS VADIAS POA	29
3 AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NAS POSIÇÕES-SUJEITO “TRANSFEMINISTA” E “FEMINISTA RADICAL”	33
3.1 UM ANÁLISE DA CRÍTICA FEMINISTA RADICAL À TRANSGENERIDADE	33
3.2 UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO PELA POSIÇÃO-SUJEITO FEMINISTA RADICAL	44
3.3 UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO PELA POSIÇÃO-SUJEITO TRANSFEMINISTA	47
3.4 DESENTENDIMENTOS DE BASE NO DISCURSO FEMINISTA RADICAL	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, que toma por base o aporte teórico da Análise do Discurso de linha Pêcheutiana (AD), proponho uma análise do discurso feminista radical a respeito da transgeneridade e uma análise da concepção de gênero nos discursos transfeminista e feminista radical. Para tanto, analiso sequências discursivas (SDs) recortadas do grupo de discussão feminista “Marcha das Vadias - POA” instalado na plataforma Facebook¹ e outras retiradas dos blogs Radicalista (2015) e Feminismo Trans².

Segundo Pechêux (1988), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e a ideologia se manifesta através da Formação Discursiva (FD) com a qual o sujeito se identifica. Como este trabalho aborda o discurso feminista, a formação discursiva foi tomada como noção central, levando à designação FD feminista. Foram analisados, então, discursos produzidos no âmbito da formação discursiva feminista, observando os conflitos internos a respeito da transgeneridade e a relação com uma rede de memória. Assim, o trabalho de análise envolve aqui olhar para a relação da noção de FD com, por um lado, a de memória discursiva e, por outro, a de posição-sujeito. Essas noções serão explicados no corpo do trabalho para serem mobilizadas dentro no contexto do objeto, ou seja, no âmbito da FD feminista.

Conforme a orientação de Orlandi, “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões” (ORLANDI, 2007, p. 27). Portanto, além de analisar as SDs, investigo as concepções de gênero adotadas na FD feminista, o que será fundamental para este trabalho de pesquisa.

No primeiro capítulo, apresento uma contextualização do discurso feminista radical e do transfeminismo com atenção para a realidade brasileira. No capítulo seguinte, abordo os aspectos teóricos da AD tendo em vista compreender como essas noções contribuem para uma reflexão a respeito dos discursos produzidos no âmbito da FD feminista, além do impacto de uma memória discursiva feminista e as

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/MarchaDasVadiasPOA/?ref=ts&fref=ts>>.

² Os referidos blogs estão disponíveis em: <radicalista.wordpress.com> e <feminismotrans.wordpress.com>.

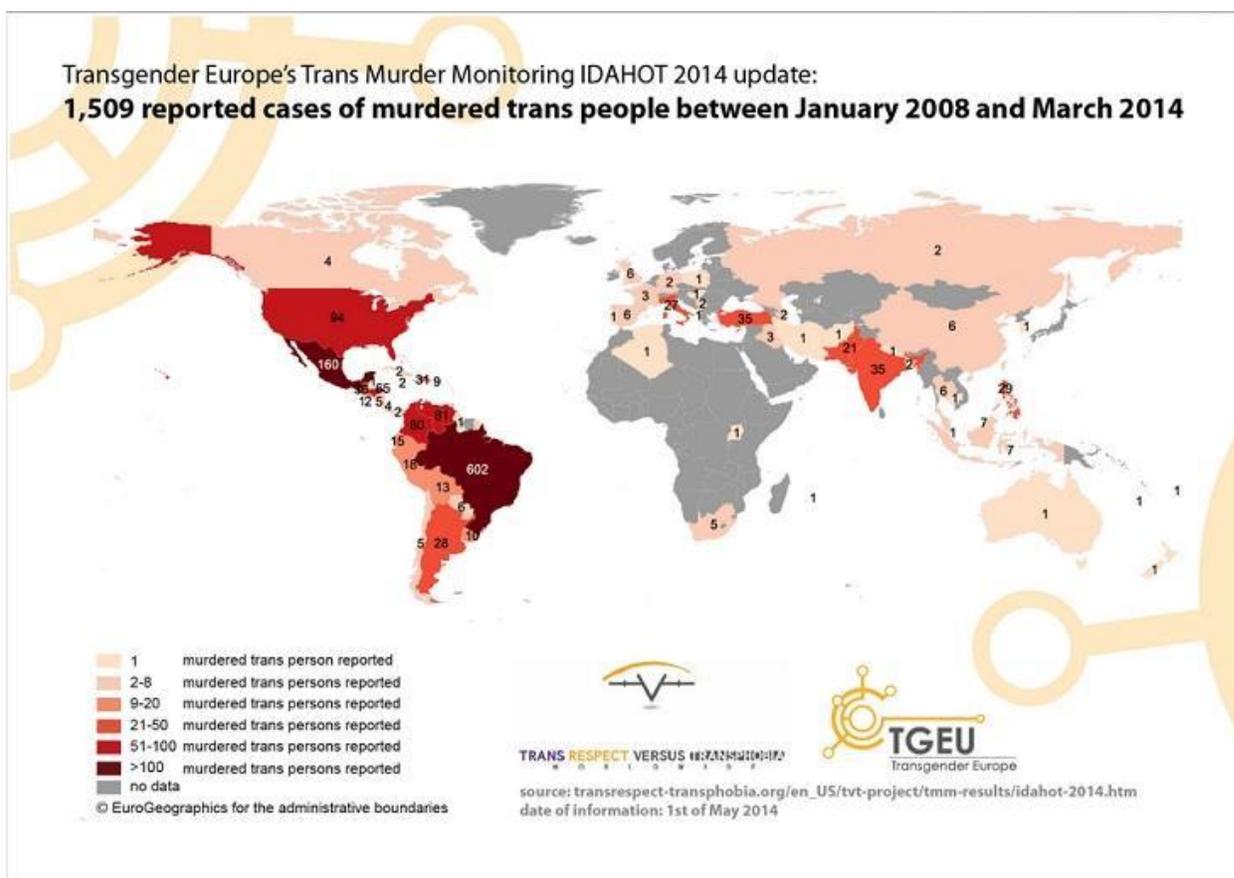
consequências para as discussões no ambiente virtual a respeito da transgeneridade. No último capítulo, analiso sequências discursivas que apresentam posicionamentos a respeito da concepção de gênero e da transgeneridade. Finalmente, nas considerações finais apresento um resumo das conclusões de análise apresentadas no decorrer dos três capítulos.

1 APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO

Neste primeiro capítulo, construo um breve panorama da transfobia na sociedade brasileira para situar o lugar em que se insere essa pesquisa, bem como o que me move para decidir tratar desse assunto. Em seguida, apresento algumas pautas e avanços do movimento transativista, principalmente no cenário virtual brasileiro. Por fim, apresento duas das vertentes do movimento feminista: o feminismo radical e o transfeminismo, que serão meu principal objeto de estudo neste trabalho.

1.1. SOCIEDADE BRASILEIRA E TRANSFOBIA

Figura 1 – Mapa de monitoramento de homicídios de transgêneros



Fonte: http://tgeu.org/trans_rights_europe_map/

Segundo relatório divulgado pela associação *Transgender Europe*, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Embora o alarmante número de

homicídios já fosse há muito divulgado pela comunidade de travestis e transexuais brasileira, somente após a divulgação do relatório internacional de 2014 que a mídia de maior alcance começou, tímida e eventualmente, a tratar mais do assunto. No dia 29 de janeiro de 2014, em comemoração ao dia da visibilidade trans, alguns portais de notícias virtuais, publicaram matérias com o título: *“Brasil lidera número de mortes de travestis e transexuais, aponta ONG”* contendo os dados do relatório anterior (2013) de monitoramento dos homicídios da população transexual que já apontavam que o país estava no topo do ranking (na imagem acima temos os dados atualizados de 2014) em número de assassinatos.

O que levou a mídia virtual brasileira a divulgar esses dados em 2014 e não em nenhum dos anos anteriores, embora já se “soubesse” que o país era o número um em homicídios de travestis e transexuais desde 2008, é uma questão a se pensar; embora não tenhamos dados suficientes para respondê-la, podemos, contudo, levantar algumas mudanças de cenário importantes que ocorreram nos últimos anos quanto a visibilidade trans que levaram, sem dúvida, ao fortalecimento, embora ainda muito aquém do desejável, da visibilidade trans nas redes sociais e mídias alternativas.

A proliferação de mídias alternativas como fonte de notícias, artigos e matérias, no âmbito do território virtual brasileiro, se amplia cada vez mais, desde os formatos textuais mais tradicionais como textos em blogs e sites, até páginas e grupos de discussão na plataforma Facebook e vídeos de canais no site Youtube. Com esse aumento de acesso a fontes diversificadas de informação proporcionado pela internet, ampliou-se o espaço e a visibilidade para diversas causas dignas de ativismo que antes não haviam conquistado seus territórios virtuais. Nesse contexto, através de páginas do Facebook dedicadas ao transativismo, como por exemplo, a “Travesti Reflexiva”, da ativista transexual Sofia Favero, o transativismo pode começar a florescer para além do círculo restrito dos já iniciados no tema e chegar àqueles que se deparavam com o assunto pela primeira vez e antes careciam de referências e boas fontes de informações sobre o assunto.

Para falar de transativismo no Brasil não podemos deixar de citar algumas mulheres trans importantes na militância virtual pelos direitos da população trans: a analista de sistemas e ativista Daniela Andrade, ativista trans, que desenvolve há anos

um excelente trabalho como militante dos direitos da população trans através do seu perfil no facebook e do seu blog; a jovem universitária Maria Clara Araújo, transativista que virou notícia ao entrar na Universidade Federal de Pernambuco no curso de pedagogia e conseguir fazer com que a universidade reconhecesse seu nome social; Indianara Siqueira, prostituta (ou “puta” como se auto-identifica), trans ativista, presidente do TransRevolução, “grupo comunitário de solidariedade que visa promover os direitos e qualidade de vida de pessoas Trans”, e promotora dos direitos das trabalhadoras sexuais; Hailey Kaas, militante trans, tradutora e fundadora do site “transfeminismo.com” junto da também ativista trans, Bia Pagliarini Bagagli, graduanda de letras na universidade estadual de Campinas; Amanda Palha, militante do Coletivo LGBT Comunista e do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais e Sofia Favero Ricardo, estudante de psicologia, militante trans e criadora da página transativista “Travesti Reflexiva” no facebook.

Além do trabalho educacional dessas ativistas através de palestras, textos, vídeos e do ativismo virtual, há ainda o trabalho de instituições como o ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) que é uma entidade que abriga mais de 178 ONGs de travestis e transexuais em todo o país. No contexto gaúcho, em Porto Alegre, a ONG Igualdade (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul), fundada em 1999, atua, conforme informações no site da ONG³, “na defesa de Direitos Humanos de travestis e transexuais e promoção da cidadania prestando serviços à comunidade como mutirões de retificação de nomes e campanhas de prevenção na área da saúde”.

Finalmente, 2015 foi o ano de uma iniciativa inédita para promover o resgate das pessoas trans em situação de vulnerabilidade em São Paulo, já que o atual prefeito, Haddad, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania criaram o programa “Transcidadania” que, segundo é informado no site da Prefeitura, oferece auxílio financeiro “para aqueles que frequentarem cursos capacitantes para o mercado de trabalho”, que têm como proposta “fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LBTT em situação de vulnerabilidade atendidas pelas CADS - Coordenadoria da Diversidade

³ Disponível em: << <http://www.aigualdaders.org/p/igualdade-rs.html> >>

Sexual.” Nesse sentido, o programa tem o intuito de dar condições a essas pessoas de se emanciparem: “visando a sua emancipação enquanto sujeito de transformação da sua realidade, podendo desenvolver atividades tanto de cunho empreendedor como empregatícia”.

Segundo a organização Transgender Europe, só neste ano (até outubro de 2015), já ocorreram mais de 70 homicídios de travestis e transexuais no Brasil. Na parada gay deste ano, em São Paulo, Viviany Belebony, uma atriz transexual, em forma de protesto surgiu em uma cruz para denunciar as mortes da população LGBT com “Basta de Homofobia” escrito nos dizeres da cruz. O ato foi uma performance simbólica de como a população LGBT é tratada pela sociedade e também pelos crescentes avanços das bancadas religiosas e conservadoras nas esferas políticas no Brasil. Após a encenação, a atriz sofreu inúmeras ameaças pelas redes sociais e até mesmo ligações anônimas com ameaça de morte. O deputado federal Jean Wyllys, ativista dos direitos LGBT, em texto publicado na sua página pessoal no Facebook⁴, comentou o episódio da crucificação na parada gay:

Não vou aqui interpretar a performance da artista transexual porque seus sentidos me parecem óbvios demais: se Jesus foi marginal em sua época e, por isso, condenado à pena de morte por crucificação, nada mais pertinente do que usar esse episódio como metáfora da pena de morte a que estão condenadas as transexuais e travestis no Brasil, marginais da contemporaneidade.

1.2. TRANSATIVISMO

Um dos principais pontos do transativismo é a luta contra a transfobia. Se na sociedade em que vivemos ainda vemos diariamente preconceito e violência contra gays, lésbicas e bissexuais, pessoas trans e travestis costumam sofrer ainda mais, pois o preconceito se revela mais forte, uma vez que essas pessoas são vistas como algo “inconcebível”, ou como pessoas com transtornos mentais. A população trans, além do preconceito e da violência que sofre, é invisibilizada, pois enquanto a sociedade, no geral, está ciente da discussão sobre homofobia, muitas pessoas sequer sabem sobre os gigantescos números de assassinatos de transexuais e travestis no Brasil, bem como as demandas políticas e sociais dessas pessoas. Ademais, a transfobia é

⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jean.wyllys/?fref=ts>>.

legitimada e institucionalizada por grandes esferas sociais como a esfera médica e jurídica.

A patologização da transgeneridade esteve presente por décadas no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) elaborado pela APA (Associação americana de psiquiatria) que é amplamente utilizado pelos psiquiatras do mundo todo para realização de diagnósticos. Em 2012, com o lançamento do DSM-5, a atualização do manual, a transexualidade deixou de ser classificadas como uma desordem ou transtorno mental, passando a ser classificada como “disforia de gênero” (termo também criticado por muitos transexuais) nos casos em que há, segundo o DSM-5, uma incongruência marcante entre a própria experiência de gênero e o sexo do nascimento. Contudo, a transexualidade ainda é considerada um “transtorno de identidade de gênero” pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10. No Brasil, é essa classificação que garante às pessoas transexuais o direito à terapia hormonal, psicoterapia e à cirurgia de redesignação sexual. Dessa forma, a não conformidade entre sexo biológico e gênero continua sendo vista como uma patologia. Além disso, o termo “disforia de gênero”, adotado pelo novo manual diagnóstico, é questionado por muitos transexuais, pois é considerado uma nova roupagem para o termo patologizante “transtorno”.

Em 2009, o primeiro movimento mundial contra o diagnóstico no DSM teve início. A Campanha “Stop Trans Patologization”, em seu manifesto denuncia “a violência social que se exerce sobre quem não se adequa às normas de gênero” (Manifesto STP, Campanha Internacional Stop Trans Pathologization) e exige a despatologização da transexualidade, bem como direitos civis, como mudança de nome nos documentos oficiais e o fim da transfobia institucionalizada. Diretamente ligada a despatologização da transgeneridade está, portanto, o tratamento dado a população trans pela esfera jurídica, já que a população trans ao buscar os procedimentos jurídicos para retificação de nome se depara com processos longos e que dependem da interpretação dos juízes.

A rede de suporte para apoio jurídico é, sem dúvida, um ponto importante no transativismo, pois sem uma lei específica que defina os procedimentos da alteração dos documentos para pessoas transexuais, estas dependem de um (ou mais)

profissional da saúde que ateste que essas podem ser reconhecidas por seu novo nome a partir de seu histórico de sessões com psicólogo ou psiquiatra. Dessa forma, a autodeclaração da pessoa trans é o que menos importa nesse tipo de processo jurídico. No entanto, atualmente, tramita na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei João Nery nº 5.002/2013⁵, dos deputados Jean Willys (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF), que determina que o reconhecimento da identidade de gênero é um direito do cidadão. O nome do projeto faz uma homenagem ao primeiro homem trans operado no Brasil (embora, para retificação de nome não seja necessário ter passado por nenhum procedimento cirúrgico). Porém, enquanto essa realidade não é alcançada, as retificações de nome muitas vezes são negadas e quando são aceitas, o processo total pode levar até dois anos em trâmite.

A dificuldade para realizar a retificação do nome é um dos principais impedimentos para população trans no mercado de trabalho, segundo a advogada transexual, Giowana Cambrone, de 35 anos, pois a exclusão sofrida pela população transexual no mercado de trabalho tem muito a ver com a dificuldade para a mudança de nome e gênero nos documentos: “Segundo ela, o constrangimento de ter de expor sua condição e reivindicar o tratamento pelo nome escolhido a cada consulta ou entrevista para vaga de emprego afasta as pessoas trans de processos seletivos” (LISBOA, 2015).

De acordo com a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil (LAPA, 2013). Como o acesso ao mercado “formal” de trabalho é muito dificultado devido ao preconceito dos empregadores e dos custos e demora para retificação de documentos, a população acaba sendo marginalizada e empurrada para a prostituição, pois além dessas limitações impostas pela sociedade, muitas pessoas trans são expulsas de casa quando jovens devido à falta de aceitação da família. Daniela Andrade, militante feminista e ativista trans famosa da cidade de São Paulo, é analista de sistema com

⁵ Projeto de Lei disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>.

pós-graduação e excelente currículo, mas conta em diversas entrevistas que já teve muita dificuldade para arranjar emprego⁶:

Há alguns dias estive em uma entrevista. Ao telefone, a recrutadora disse que meu currículo era perfeito para a vaga e marcou o encontro. Quando terminamos a entrevista, ela disse que entraria até o final da semana em contato comigo para falar quando seria a próxima etapa do processo seletivo, e perguntou-me se eu tinha empresa aberta em meu nome (a vaga era como PJ [como geralmente acontece nessa área], ou seja, você precisa ter empresa aberta em seu nome para emitir nota fiscal). Relatei que acabei de ter uma decisão judicial favorável à mudança do meu nome por eu ser uma mulher trans, e que, em razão disso, pode ser que demorasse um pouco para eu conseguir a alteração de todos os meus documentos e a retificação do registro da minha empresa na Junta Comercial e Receita Federal. Foi quando ela perguntou: “como assim, mulher trans?”. Expliquei para ela que se tratava de transexualidade, e que as pessoas transexuais eram aquelas que não se identificavam com o gênero imposto quando nasceram. Ela então retrucou: “Isso significa que você nasceu homem?”. Respondi: “Isso significa que nasci com determinado genital, mas me identifico como mulher”. E ela fez uma cara de interrogação e terminou: “Vou ver com o gestor da vaga se ele aceita essa condição”. Despediu-se de mim em seguida. (LAPA, 2013).

Fica claro, a partir do excerto da entrevista, que além da marginalização das pessoas trans de classes desfavorecidas, as pessoas trans que tiveram condições de ter uma formação e um bom currículo sofrem com a transfobia institucionalizada. Dessa forma, o transativismo enfrenta ainda muitas batalhas a serem vencidas. Nesse sentido, segundo a tradutora e pesquisadora trans, Hailey Alves e a psicóloga e pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus, duas grandes pesquisadoras brasileiras no cenário de estudos sobre o transativismo, o ativismo trans tem ajudado no processo de empoderamento da população transgênero:

O ativismo social cada vez mais frequente entre homens e mulheres transexuais e travestis, praticado de forma mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero. Isso se relaciona ao fato de que as pessoas passam a se perceberem e são percebidas como integrantes de um grupo social antes invisível, partilham crenças e sentimentos com outros indivíduos trans, e começam a se comprometer subjetivamente com o grupo. (JESUS; ALVES, 2010).

⁶ Embora essa não seja, uma sequência para análise, considero importante trazer um relato pessoal em primeira pessoa de uma mulher trans e transativista, pois acredito que seja fundamental para o fortalecimento do transativismo o espaço de fala das próprias pessoas que são atingidas pela transfobia.

Ademais, o aumento recente de canais de youtube para o público LGBT, como o “Canal das bee”, “Para tudo” e “Põe na roda”, também vem ajudando a denunciar a transfobia e popularizar o transativismo nas redes sociais, pois o que esses canais têm em comum é que, além de vídeos de entretenimento, produzem também excelentes materiais educativos não só para o público LGBT, mas também para população em geral. Com iniciativas como essas, fica visível que o transativismo está conquistando seu lugar nas pautas dos movimentos LGBT no Brasil, pois há anos os transexuais criticam o movimento LGBT pela negligência com as pautas trans. Dessa forma, parece que com o fortalecimento do transativismo, as inúmeras críticas advindas da população trans ficaram em evidência e aqueles que souberam escutar a crítica começaram a produzir materiais educativos sobre transexualidade e transfobia, convidando ativistas trans para se aliar e dar visibilidade ao movimento transativista.

1.3 FEMINISMO RADICAL E TRANSFEMINISMO

O feminismo, desde seu surgimento, passou por várias etapas e desdobramentos diferentes em diversos países, contudo é quase um consenso entre os historiadores a divisão do feminismo em três ondas. A primeira onda refere-se ao movimento do século XIX até o começo do século XX, que teve como foco o sufrágio das mulheres, direitos trabalhistas e educacionais para mulheres. A segunda onda (década de 60 - 80) se voltou para a desigualdade das leis para homens e mulheres, bem como as desigualdades culturais, e o papel atribuído à mulher na sociedade. A terceira onda (fim da década de 80 e começo da década de 2000) é vista tanto como uma continuação da segunda onda quanto uma resposta às falhas nela percebidas (KROLOKKE; SORENSEN, 2005).

O Feminismo Radical faz parte da segunda onda do feminismo e surgiu nos Estados Unidos; foi a partir do feminismo radical que o movimento feminista tomou novo fôlego nas décadas de 60 e 70. O movimento foi rico em pesquisa e produção acadêmica sobre as origens das desigualdades sexuais, bem como reflexões em torno da sexualidade da mulher, violência sexual e direitos sobre o corpo, mas sobretudo sobre as origens da opressão feminina na sociedade:

Os principais pressupostos teóricos da Corrente Radical são fornecidos por Shulamith Firestone na obra “A Dialética do Sexo”, de 1970, por Kate Millet na obra “Política Sexual”, de 1971 e pela francesa Simone de Beauvoir em o “Segundo Sexo”, publicado em 1949, que discutiram, mesmo em perspectivas diferentes, as origens da opressão feminina a partir da estrutura social, descartando qualquer possibilidade de explicação de cunho biológico. Simone de Beauvoir, reconhecida como a precursora do Feminismo Radical, orientou a ação feminista na França, a partir dos anos 50, para as questões da sexualidade e da família. (SILVA, 2009).

O principal marco teórico do feminismo radical é a análise do patriarcado com ênfase na dominação do homem sobre a mulher:

O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes. Para vencer a opressão feminina, as feministas desta corrente defendem que é fundamental, mas não basta apenas, concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas que as mulheres devem se unir na luta contra os homens (argumento criticado e considerado por outras feministas como “guerra dos sexos”), assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal. (SILVA, 2009).

O feminismo radical, portanto, baseia sua crítica na premissa de que não só o patriarcado deve ser combatido, mas também os homens, já que esses são os maiores promotores e beneficiados desse sistema. Os conceitos de “homem” e “mulher”, ou seja, o conceito de gênero, para o feminismo radical, portanto, é uma construção social:

Simone de Beauvoir assenta o feminismo em bases históricas e, mesmo sem usar a palavra gênero, foi a primeira feminista a analisar a situação da mulher na perspectiva do, hoje conhecido, conceito de gênero. Assim, ela faz a crítica “ao determinismo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que a mulher é uma construção social historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como ‘o outro’”. (SILVA, 2009).

Dessa forma, ainda que Beauvoir, à sua época, não tenha teorizado sobre homens e mulheres transexuais, em “O segundo sexo” (2009 [1949]) a crítica feminista, tal qual ela nos apresenta, se centra na concepção de “homem” e “mulher” como

constructos sociais que servem para a manutenção do patriarcado e por isso, sua célebre frase em “O segundo sexo” (publicado em 1949): “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A autora, além disso, analisa os fatores históricos e sociais que contribuíram para a construção da feminilidade, bem como a rede de poder patriarcal que estruturam a família e sexualidade. Simone de Beauvoir continua sendo, até hoje, portanto, uma obra de referência para as feministas radicais.

A partir deste conceito de gênero centrado em bases históricas muitas feministas radicais não reconhecem, ou legitimam, mulheres trans como mulheres, já que essas não foram “forjadas” - no sentido literal de “moldadas” - pelo patriarcado para se tornarem *mulheres* - como as feministas radicais entendem - como sinônimo de oprimidas em favor da manutenção da soberania dos homens no sistema patriarcal. Além disso, o movimento feminista radical almeja acabar com os gêneros, pois acredita que são os gêneros que sustentam o sistema patriarcal, o que, uma vez que as pessoas trans buscam ter sua identidade de gênero reconhecida, também gera um conflito com as feministas radicais.

Nos Estados Unidos, as feministas radicais que excluem mulheres trans do movimento feminista são, pejorativamente, apelidadas de “TERFS” (trans exclusionary radical feminist). No Brasil, o feminismo radical chega com força máxima somente nos últimos anos, especula-se que pela disseminação de traduções na internet⁷ de textos de feministas radicais, majoritariamente norte-americanas, feitas por universitárias brasileiras, principalmente em blogs e grupos feministas no facebook. O feminismo virtual de maior expressão no Brasil atualmente, ou grande parte da “militância feminista versão 2014/2015” é notoriamente orientada pelas concepções advindas do feminismo radical, ponto o qual aprofundarei mais adiante em meu trabalho.

O transfeminismo, por sua vez, surge em resposta a exclusão de pessoas trans no movimento feminista, já que muitos meios feministas (e não somente meios feministas radicais - mas principalmente) eram receptivos apenas com mulheres

⁷ “Esse processo iniciou quando um seleto grupo de mulheres muito jovens, das classes mais abastadas da sociedade e fluentes em inglês - muitas sendo residentes nos EUA começaram a traduzir textos do Feminismo Radical e disponibilizar na rede. Havia sim muita coisa boa e interessante, mas no meio delas também existia um material genuinamente TERF - Trans Exclusionary Radical Feminism” (“Para não dizer que não falei de Andrea”, disponível em: <<http://www.imprensafeminista.com/>> - O título faz referência a Andrea Dworkin, escritora e feminista radical famosa).

“cisgênero” - pessoas que se identificam com o gênero com o qual nasceram (ou seja, o contrário de “transgênero”) - não admitindo mulheres trans. Vejamos o que dizem as expoentes pesquisadoras do transfeminismo Hailey Alves e Jaqueline Jesus, a propósito do transfeminismo (ou feminismo transgênero):

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres. Entende-se que o feminismo tradicional, sem a recepção do transfeminismo, reforça a falácia, repetida cotidianamente, de que mulheres “de verdade” seriam aquelas com órgãos genitais femininos externos e internos (vagina e útero), ou ainda “as que engravidam”, ou que homens “de verdade” seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém. Essa forma de sexismo prejudica não apenas a população transgênero, mas todo e qualquer ser humano que não se enquadre em tal modelo, como mulheres hysterectomizadas e/ou mastectomizadas e homens orquiectomizados e/ou “emasculados” por motivos de saúde, como o câncer”. (ALVES; JESUS, 2010).

Dessa forma, vemos que a concepção de gênero das transfeministas é a de gênero como “identidade de gênero”, diferentemente da concepção de gênero das feministas radicais que se baseiam na subordinação de um gênero pelo o outro. Ademais, é importante salientar que, por esse movimento ter sido fruto de uma demanda advinda da exclusão das pessoas trans do movimento feminista, algumas feministas cis⁸ não se autoidentificam como “transfeministas”, mas apenas “feministas”, no entanto também são transativistas, em alguns momentos, ou apenas transinclusivas⁹. Isso parece acontecer, pois, por desconhecimento, muitas feministas cis acham, equivocadamente, que o transfeminismo trata somente de pessoas trans e, muitas outras mulheres cis, preferem apenas o termo “feminista” por ser mais popular e abrangente. Em relação a isso cabe salientar, como fez Emi Koyama, em seu Manifesto Transfeminista, que:

O Transfeminismo não é sobre se apoderar de instituições feministas existentes. Ao contrário, é sobre ampliar e avançar o feminismo como um todo

⁸ “cis” é a abreviação de “cisgênero”, ou seja, pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado em seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgêneros.

⁹ Sobre o termo “transinclusivas”, não acho esse o termo mais adequado, pois parece dar uma ideia de afastamento entre mulheres cis e trans, porém, como disse anteriormente, como muitas feministas cis não se autoidentificam como “transfeministas”, embora apoiem mulheres trans dentro do feminismo, achei, na falta de termo melhor, que era importante usá-lo para fazer essa diferenciação.

através da nossa própria liberação e trabalho em coalizão com todas as outras pessoas. O Transfeminismo luta por mulheres trans e não trans, e pede às mulheres não trans para lutarem por mulheres trans também. O Transfeminismo engloba políticas de coalização feminista nas quais mulheres com diferentes vivências e histórias lutam umas pelas outras, pois se não lutarmos umas pelas outras, ninguém irá. (KOYAMA, 2001).

No entanto, o transfeminismo, no Brasil, devido a altas incidências de transfobia, ainda não é muito popular nos meios feministas virtuais majoritariamente cis, pois há ainda muita desinformação sobre essa vertente. Por isso, normalmente as pessoas que se auto intitulam como transfeministas, atualmente, costumam ser trans e as pessoas cis que fazem algum tipo de transativismo (mesmo que apenas discordando de posicionamentos transfóbicos em comentários nas redes sociais) não costumam se autodeclarar como transativistas.

2 FORMAÇÃO DISCURSIVA, MEMÓRIA FEMINISTA E AMBIENTE VIRTUAL DISCURSIVO

Neste capítulo, primeiramente, busco descrever o quadro teórico da Análise do Discurso (doravante AD) que utilizarei neste trabalho, apresentando conceitos que serão úteis para essa reflexão investigativa, tais como formação discursiva (doravante FD), posição-sujeito, memória discursiva e memória metálica, mostrando como esses conceitos podem ser articulados na análise do discurso feminista. Em seguida, farei uma reflexão sobre o ambiente virtual e o trabalho do analista do discurso nesse ambiente para, enfim, apresentar o grupo Marcha das Vadias - POA, grupo de discussão instalado na plataforma Facebook, de onde extraí sequências discursivas que formaram meu corpus.

2.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA FEMINISTA E O CONFLITO ENTRE AS POSIÇÕES-SUJEITO TRANSFEMINISTA E FEMINISTA RADICAL

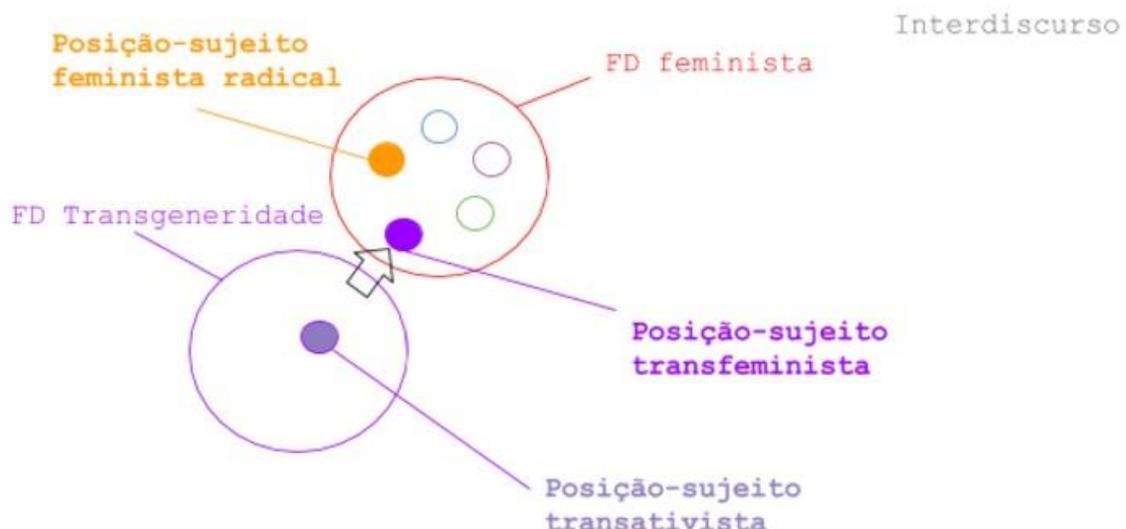
A formação discursiva é o lugar de determinação dos sentidos e, segundo Pêcheux (1988, p. 160), determina “*o que pode e deve ser dito*”. Conforme afirma Indursky (2002, p. 11), a FD “corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente”. Dessa forma, a FD está fortemente ligada à ideologia, pois, segundo Pêcheux (1988, p. 161), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos do seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. A forma-sujeito de uma FD é quem regula as diferentes posições e os saberes. Pêcheux (1988, p. 171) discute a tomada de posição chamando de “bom sujeito” aquele que se identifica plenamente com a forma-sujeito de uma FD e, em contrapartida, o “mau sujeito” aquele que se contraidentifica à forma-sujeito, trazendo outros discursos para o interior da FD. A possibilidade de uma contraidentificação resulta em uma FD heterogênea. Nesse sentido, Indursky afirma que:

a heterogeneidade da formação discursiva é decorrência do desdobramento da forma-sujeito. Ou seja: uma formação discursiva homogênea só pode produzir uma forma-sujeito atravessada pelo imaginário da unicidade deste sujeito; enquanto uma formação discursiva heterogênea produz, como consequência natural, a heterogeneidade da forma-sujeito que a organiza. (INDURSKY, 2008, p. 16).

Dessa forma, esse processo que Indursky descreve como desdobramento da forma-sujeito dará origem a diferentes posições-sujeitos levando-as à sua fragmentação, pois “as fronteiras de uma formação discursiva são suficientemente porosas para permitirem que saberes oriundos de outras formações discursivas aí se façam presentes” (INDURSKY, 2002, p. 17).

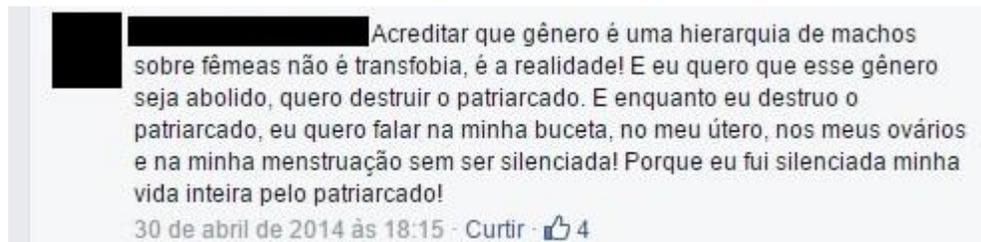
Portanto, se aproximarmos nossa lente sobre a FD feminista, poderemos observar diferentes posições-sujeito. Por outro lado, se nos afastarmos mais, numa espécie de sobrevôo, veremos a relação desta FD com outras FDs que formam o complexo chamado interdiscurso, que, conforme Orlandi (2007, p. 33) “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Ou seja, um oceano de todas possibilidades discursivas, formado de arquipélagos que são as FDs, que, por sua vez, são formadas de ilhas, que são as posições-sujeito. Sendo assim, o contato e trocas entre diferentes FD se dá nesse “espaço” do interdiscurso. Como meu objeto de estudo se dá pelo recorte feminista temos:

Figura 2 – Formação discursiva e posições-sujeito



Fonte: elaborada pela autora (2015).

A formação discursiva feminista, portanto, é o domínio onde as diferentes posições-sujeito do feminismo se encontram. Nesse sentido, a FD transgeneridade vai trazer os saberes dos sujeitos trans, e suas implicações nas relações sociais, forçando fronteiras, de forma que esses novos saberes penetrem a FD feminista inaugurando a posição-sujeito transfeminista. Atualmente, nesta FD, a posição-sujeito feminista radical, está mais em voga no ativismo feminista virtual, contudo cabe salientar que existem, além dessas, outras posições-sujeito dentro da FD feminista (que busquei representar no desenho acima por esferas de outras cores dentro da FD), que não abordarei aqui, porque não têm relação com meu objeto de estudo. Nesse trabalho analisarei o conflito entre a posição-sujeito feminista radical e a posição-sujeito transfeminista. A principal divergência entre essas duas posições-sujeito é a concepção de gênero, por isso, em uma discussão sobre a transfobia, encontramos a seguinte SD que marca o lugar do corpo feminino:



Porém temos também, nesse excerto, um aspecto em comum entre o transfeminismo e o feminismo radical em **“quero destruir o patriarcado”**, pois ambas as posições-sujeito, uma vez produzidas na FD feminista, buscam o fim do patriarcado. Do outro lado, temos feministas cis que, ainda que não representem diretamente o transfeminismo, defendem a identidade de gênero das mulheres trans:



Nessa sequência, vemos um breve conflito entre, de um lado, o discurso transativista, presente na posição-sujeito transfeminista - **“tu nasce com a noção de que tu é mulher”**, **“Tu ser mulher vem contigo de nascença, é uma identificação que nem ser hétero ou homo”** - e, de outro lado, o discurso feminista radical que utiliza o conceito de mulher como conjunto de imposições do patriarcado representado em **“o que é se mulher além das imposições?”**.

Cabe destacar que, nas discussões do grupo, o que encontramos é o embate de ideias entre mulheres cis, discutindo sobre pessoas trans, pois não encontrei mulheres trans falando sobre sua perspectiva no grupo, somente em outros espaço virtuais, como mostrarei adiante. Portanto nas SDs retiradas do grupo de discussão feminista Marcha das vadias - POA, temos a fala do outro sobre as mulheres trans, ou seja, *é o discurso de mulheres cis que advogam em favor do reconhecimento de mulheres trans X o discurso de mulheres cis que não reconhecem mulheres trans como mulheres.*

2.2 MEMÓRIA DISCURSIVA FEMINISTA E MEMÓRIA METÁLICA FEMINISTA

Para compreendermos como as posições-sujeito transfeminista e feminista radical se constituem dentro da FD feminista, não podemos deixar de olhar para a “memória feminista”. Para isso, utilizarei a tríplice distinção de memória adotada por Orlandi:

Tenho distinguido três noções de memória: memória discursiva ou interdiscurso, memória institucional (arquivo) e memória metálica. A memória discursiva ou interdiscurso (M. PÉCHEUX, 1975, J-J. COURTINE, 1981) é a que se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome”. Aquela em que “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (M. PÉCHEUX, 1975), produzindo o efeito do já-dito. Isto é, as nossas palavras trazem nelas outras palavras. Por outro lado, a memória institucional ou a que chamo a memória de arquivo ou simplesmente o arquivo, é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado. E temos, enfim, a memória metálica, ou seja, a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. (ORLANDI, 2006).

Tendo em vista essa distinção, a memória discursiva feminista remonta o período que inicia no século XIX, quando as mulheres se organizaram, em um movimento, para lutar por seus direitos referentes, sobretudo, às questões do sufrágio das mulheres, direitos trabalhistas e direitos educacionais - comumente chamada de primeira onda do feminismo - e chega aos dias de hoje. No entanto, cabe mencionar que alguns historiadores consideram uma perspectiva mais ampla da história do feminismo comumente chamada de “proto-feminismo”, que inclui movimentos dispersos e não só no ocidente, como comumente se acredita, mas também no oriente. Dessa forma, “A Cidade das Damas” (1405), livro de Christine de Pisan, escritora e filósofa de origem italiana, é considerado um marco no feminismo pré-moderno, pois essa escritora, na idade média, abordou o mito das amazonas atacando o discurso de inferioridade das mulheres. Portanto, embora não haja consenso sobre qual o momento em que essa memória discursiva feminista teve início, podemos considerar no mínimo cerca de 200 anos se adotarmos a perspectiva a partir do século XIX.

Cabe salientar que muitas das primeiras pautas do movimento feminista, como direitos educacionais e direitos trabalhistas, embora tenham tido avanços na sociedade,

continuam sendo pautas do movimento feminista na contemporaneidade. Em nosso contexto, um grande exemplo ilustrativo disso, no ano de 2015, foi o fechamento da Secretaria de Políticas para Mulheres no Rio Grande do Sul, denunciado nos meios virtuais feministas, como se pode observar no recorte a seguir:

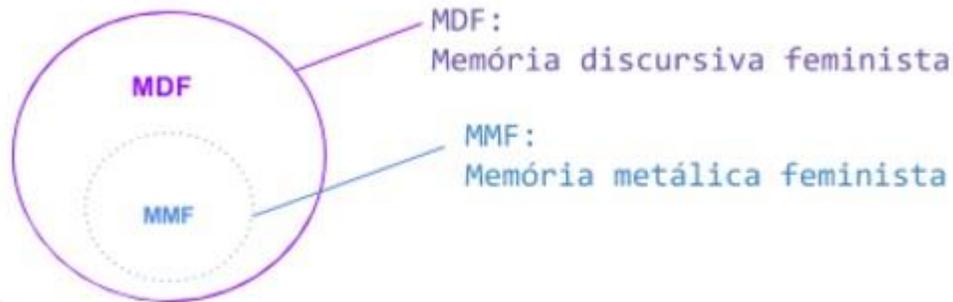
Figura 3 – O fim da secretaria de Políticas para Mulheres no RS



Fonte: Grupo Marcha das Vadias – POA (Facebook)

Esse fato passou a fazer parte da memória feminista, pois sem dúvida, representa um marco, no descaso com os direitos das mulheres. Hoje em dia, portanto, dadas as dimensões colossais da internet, podemos encontrar um pouco de toda essa memória feminista (ou grande parte dela) através da memória metálica feminista, que podemos considerar como fazendo parte da memória discursiva feminista, conforme o diagrama que elaborei abaixo:

Figura 4 – Diagrama Memória Discursiva e metálica feminista

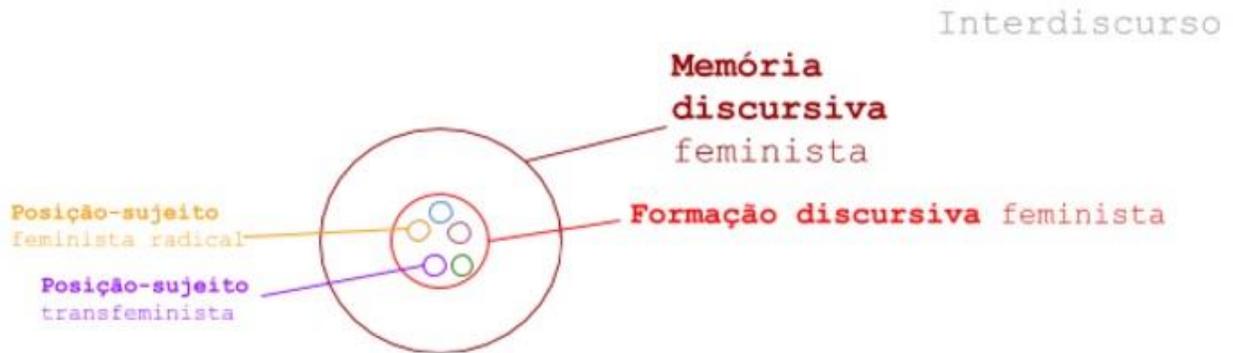


Fonte: elaborado pela autora (2015).

Dessa forma, à medida que a MMF infla, a MDF também cresce e, normalmente, o contrário também ocorre, já que nossas vidas na contemporaneidade estão sempre conectadas à internet; contudo o crescimento da MDF não necessariamente implica o crescimento da MMF. Nesse sentido, a memória trans começa a fazer parte da memória feminista, mas não sem dificuldade, pois segundo Pêcheux (PÊCHEUX, 1999, p. 53) haveria sempre “um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento[...] que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ele veicula”.

É importante compreendermos os conceitos de memória discursiva e metálica do feminismo, pois meu objeto de estudo é um recorte do discurso feminista na internet, o qual é alimentado pela memória discursiva feminista e materializado na memória metálica da internet e, portanto, as duas posições-sujeito apresentadas anteriormente bebem dessa memória discursiva feminista. Apresentados esses conceitos, meu foco, para esta análise, será nas posições-sujeito transfeminista e feminista radical, pois serão elas que selecionarão o que é mais “relevante” para seus posicionamentos distintos situados na formação discursiva feminista. Dessa forma, atualizando nossa lente da AD temos:

Figura 5 – Memória discursiva e FD feminista



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Contudo, antes de analisarmos essas posições-sujeito, precisamos refletir, ao menos brevemente, sobre algumas dinâmicas no ambiente virtual, bem como conhecermos o grupo Marcha das Vadias - POA, locus de extração da maior parte do corpus desta análise.

2.3 TERRITÓRIOS VIRTUAIS, SUAS DINÂMICAS E O TRABALHO DO ANALISTA DO DISCURSO NESSE AMBIENTE

Podemos dizer que, nas comunidades não-virtuais, a noção de território normalmente está associada ao espaço geográfico limitado, enquanto nas comunidades virtuais está associada ao controle sobre fronteiras, sejam elas físicas, sociais, culturais, simbólicas. Tanto o espaço geográfico quanto o simbólico impõem limites, delimitam as fronteiras da comunidade, dos sujeitos, dos sentidos, mas funcionam diferentemente, visto que o primeiro existe materialmente enquanto demarcação geográfica; já o segundo impõe limites da ordem do imaginário, ligados a relações de força e relações de sentidos, além de um tipo de delimitação física. (BEHENCK, 2010, p. 52).

Conforme a reflexão de Behenck¹⁰, o território virtual se constitui baseado em relações de força e sentido, mas também a partir de alguma delimitação física virtual. Pensando nesses limites, é preciso considerar que a internet possui espaços distintos com objetivos diferentes, e é essa delimitação imaginária que determinará a dinâmica e funcionamento de alguns espaços virtuais. Sendo assim, o lugar que um blog feminista

¹⁰ A autora trabalhou com “blogs educativos” sob o enfoque teórico e metodológico da AD em sua dissertação de mestrado.

ocupa e significa na rede, por exemplo, é diferente do lugar e maneira que um grupo de discussão feminista no facebook ocupa e significa.

O território virtual dos blogs costuma ser um ambiente mais estável, já que a posição de sujeito na FD, normalmente, já está dada. Sendo assim, quando se acessa um blog declaradamente “feminista radical” já se espera um determinado discurso de acordo com essa posição-sujeito dentro da FD feminista. A mesma coisa vale para um blog “transfeminista” - ou qualquer outro blog que defina explicitamente seu posicionamento. Dessa forma, no território virtual do blog, ficam restritos ao espaço dos comentários eventuais posicionamentos contrários ao conteúdo do texto publicado. Contudo, para os visitantes e leitores de blogs, o objeto de maior enfoque, costuma ser o do texto publicado e não os comentários, pois, embora esses possam ter relevância no diálogo com o texto, não são necessários para o leitor.

Já no ambiente virtual dos grupos da plataforma Facebook, e mais ainda naqueles que se apresentam como grupos de discussão, as discussões geradas nos comentários costumam ter grande relevância, já que o objetivo é que haja reflexão e avanço a partir de discussões sobre algum tema, causa, movimento etc. Dessa forma, nos grupos virtuais feministas, no Facebook, os comentários gerados diante de uma publicação costumam desvelar várias reflexões a partir de posições-sujeitos diferentes dentro da FD feminista o que, comumente, gera também hostilidade por parte de algumas integrantes. Nesse território virtual, portanto, devido à pluralidade de posições-sujeito, já que dentro da formação discursiva feminista existem diversos posicionamentos, costumam surgir disputas e desentendimentos.

Dessa forma, o trabalho do analista do discurso no ambiente virtual requer compreender as particularidades do território onde o discurso virtual está sendo produzido para elaborar sua análise. Em um grupo no Facebook, o analista, além de analisar o discurso, pode também se valer de alguns marcadores de interação entre os participantes que a rede disponibiliza, como componentes da sua análise, como por exemplo, o número de curtidas que uma publicação recebeu para avaliar a recepção e aderência das ideias apresentadas pelo público leitor.

Em relação a como o analista do discurso procederá para fazer seu recorte, segundo Orlandi, “não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo

do qual se podem recortar e analisar diferentes estados” (ORLANDI, 2007, p. 62), de forma que o analista consiga mostrar, a partir do seu dispositivo, como o discurso funciona mostrando o trabalho da ideologia sobre o discurso em determinadas condições de produção.

2.4 GRUPO MARCHA DAS VADIAS POA

O grupo Marcha das Vadias - POA surgiu no Facebook em 2012 como grupo de organização da Marcha das Vadias¹¹ de Porto Alegre e fórum permanente de discussão feminista. Atualmente o grupo conta com 7.369 membros (Acesso em 30/10/2015). Inicialmente se tratava de um grupo público, ou seja, qualquer pessoa poderia visualizar as publicações, bem como publicar, no entanto, devido à grande quantidade de postagens de caráter machista e violento, o grupo passou a ser fechado, e portanto, atualmente, para participar dele é preciso ser aceito por uma das moderadoras, o que, por vezes, pode demorar, devido ao alto fluxo de novos participantes.

A maior parte das publicações no grupo se prestam, principalmente, à denúncia de machismo em diversos âmbitos, desde a mídia até a esfera privada, prezando sempre pela segurança das mulheres. A violência e o assédio contra as mulheres é tema recorrente conforme se observa a seguir:

¹¹ A Marcha das Vadias ou “Slut Walk” é um protesto feminista que se originou no Canadá em 2011 depois que um policial, em uma palestra sobre segurança no campus, após uma série de estupros em uma universidade, aconselhou as alunas a não se vestirem como “vadias” para se protegerem. A marcha das vadias protesta contra a culpabilização das vítimas de estupro e diversas outras violências sexistas da sociedade patriarcal.

Figura 6 – Relato de assédio de funcionários da NET



Fonte: Marcha das Vadias – POA (Facebook).

Dessa forma, o grupo Marcha das Vadias - POA presta um grande serviço como rede de contato e apoio entre mulheres, já que nesse espaço virtual muitas mulheres podem se sentir acolhidas a partir dessas publicações, pois encontram outras mulheres que também sofrem diariamente com o machismo criando uma rede de solidariedade entre mulheres. Além disso, por se tratar de um grupo feminista há sempre um olhar crítico e de denúncia à mídia tradicional e machista. Dessa forma, cabe ressaltar que “com o advento da internet, o que não podia ser de outro modo que aquele imposto pelo poder através da grande mídia passa a ocupar um espaço de grande circulação para contestar o já-estabelecido”. (MITTMANN, 2009, p. 02). Sendo assim, o grupo Marcha das Vadias - POA se insere na tendência contemporânea de redes virtuais que, conforme Mittmann, “passa a ocupar um espaço de grande circulação para contestar o já estabelecido”, como espaço que veicula notícias que interessam à causa feminista, denunciando à mídia sexista e servindo de ferramenta de organização em busca de transformações sociais. Além disso, o grupo, através de notícias, textos e reflexões, promove empoderamento das mulheres e celebra pequenas conquistas para o movimento feminista, como ocorre neste caso:

Figura 7 – Manifestação feminista de adolescentes



Fonte: Marcha das Vadias – POA (Facebook)

Sobre a imagem acima, cabe ressaltar que 232 pessoas curtiram a publicação, a qual reporta um caso que exemplifica bem os crescentes efeitos do ativismo feminista na internet no Brasil, na realidade das mulheres e principalmente das adolescente brasileiras dessa geração; sem dúvida uma conquista para o movimento feminista.

Entretanto, fora a evidente importância e indiscutíveis benesses que o grupo traz para as mulheres que participam dele, é importante mencionar também que uma característica constitutiva do grupo é a presença de longas discussões de caráter hostil entre participantes do grupo. De forma que há, por vezes, uma alternância entre as fases de “paz” e as muitas discussões com violência verbal sutil, ou, por vezes explícita entre as participantes do grupo nos comentários.

Dessa forma, acontecem muitas relações de falas verticais e silenciamento das mulheres que não concordam com algumas das opiniões mais predominantes no grupo. Nesse contexto de brigas acaloradas que se dão nos comentários de publicações se inserem as divergências entre feministas radicais e transfeministas ou feministas trans-inclusivas¹², conforme exemplificado na primeira sessão desse capítulo.

¹² Mulheres cis, que incluem mulheres trans no feminismo, mas não se autodenominam “transfeministas”, e sim apenas “feministas” - como já explicado anteriormente no capítulo sobre transfeminismo.

3 AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NAS POSIÇÕES-SUJEITO “TRANSFEMINISTA” E “FEMINISTA RADICAL”

Neste capítulo, apresento análises de sequências discursivas¹³ (SDs) retiradas do grupo do Facebook Marcha das Vadias - POA, observando os principais dizeres presentes na crítica feminista radical ao discurso da transgeneridade. Em seguida, investigo as concepções de gênero que orientam as posições-sujeito transfeminista e feminista radical, já que o cerne das divergências entre esses dois posicionamentos dentro da FD feminista é justamente a conceitualização de gênero.

3.1 UM ANÁLISE DA CRÍTICA FEMINISTA RADICAL À TRANSGENERIDADE

Ao analisar a crítica feminista radical à transgeneridade, pode-se averiguar que ela se sustenta em 4 eixos principais: 1) negação da identidade de gênero, 2) colonização do feminismo, 3) reforço do patriarcado e 3) fetichização da feminilidade. Dessa forma introduzo as primeiras SDs onde analisarei alguns desentendimentos entre os termos que regem os discursos das posições-sujeitos transfeminista e feminista radical:

SD 1

Então [redacted] ver mulher como classe política não pode, de forma alguma, tornar o feminismo radical biologizante ou essencialista, sabe? Porque classe política é uma condição dialética material e não essencialista. O que é biologizante e essencialista, volto a dizer, é crer que há alguma coisa no gênero que não é construção social, porque isso implica crer que existe algo na condição feminina [objeto, inferior, o segundo sexo] que é inata e não socialmente construída - e o mesmo no gênero masculino [sujeito, superior, dominante] - ou seja: que o gênero feminino não seria uma construção delimitadora do patriarcado sobre seres nascidos no sexo feminino para classificar, dominar e explorar esses seres; que o feminino é uma condição apriorística, que existe em si, com a qual as pessoas podem escolher se identificar ou não. O gênero não existe, não é natural, não é biológico... não há nada no gênero que não seja construído [ritos de feminilidade, aparência, padrões de comportamento] para facilitar a dominação de pessoas nascidas no sexo feminino por pessoas nascidas no sexo masculino. Dizer qualquer coisa diferente disso é que é essencialista e biologizante.

5 de junho de 2015 às 09:40 - Editado · Curtir · 4

¹³ Sobre as SDs, cabe salientar que os nomes e fotos foram apagados dos comentários, por questões éticas e de privacidade.

Dessa forma, para iniciar a análise, temos¹⁴:

Quadro 1 – Discurso feminista radical

O que contesta:	O que defende:
→ "crer que há alguma coisa no gênero que não é construção social"	→ "mulher como classe política" "classe política é uma condição dialética material e não essencialista"
→ "crer que existe algo na condição feminina (objeto inferior, o segundo sexo) ² que é inata e não socialmente construída"	→ "O gênero não existe, não é natural, não é biológico"

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Neste quadro temos, portanto, o cerne da discussão entre as posições-sujeito feminista radicais e transfeministas: *crer que há alguma coisa no gênero que não é construção social* (lado esquerdo da tabela) X *mulher como classe política sendo classe política uma condição dialética material e não essencialista* (lado direito do quadro). A partir dessas oposições centrais, podemos verificar uma série de paráfrases, que reforçam, através da repetição, o que já foi dito como em 1. "crer que existe algo na condição feminina que é inata e não socialmente construída" 2. "crer que há alguma coisa no gênero que não é construção social" e 3. "o gênero não existe, não é natural, não é biológico".

Essas marcas são importantes para pensar sobre os tipos de discursos descritos por Orlandi (1996): discurso lúdico, discurso autoritário e discurso polêmico. Cabe ressaltar, porém, que não há discurso puro, mas tendências que indicam o tipo de discurso dominante. Interessa-nos aqui o discurso autoritário, pois, conforme Orlandi (1996, p. 24), é o que tende para a paráfrase, pois, "se procura conter a reversibilidade

¹⁴ Optei por manter a frase completa riscando o que não interessa, já que, nesse lado da tabela, temos a parte do que está sendo contestado e, do outro lado, o que está sendo defendido.

(há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido)”. Dessa forma, acredito que as paráfrases presentes nessa SD são constitutivas e representativas do caráter autoritário do discurso feminista radical.

Além disso, cabe observar que temos uma série de negações no texto como “o gênero não existe, não é natural, não é biológico.” que evidenciam uma “dominação”, ou a pretensão de dominar o objeto, sem margens para questionamentos. Em “Não há nada no gênero que não seja construído [ritos de feminilidade, aparência, padrões de comportamento]” *Gênero e estereótipos de gênero* são postos como sinônimos. Contudo, como diz a autora, compreender “é saber que o sentido poderia ser outro.” (ORLANDI, 1996, p. 116). No entanto, nesse discurso, não há abertura para nenhum outro sentido. O discurso autoritário, não busca interlocutores, mas sim, seguidores e reprodutores das perspectivas que apresenta.

Em outro trecho da SD1, temos o uso da palavra “escolher” em referência à crítica do feminino visto como “condição apriorística, que existe em si, com a qual a pessoa pode *escolher* se identificar ou não”. O uso desta palavra evidencia que para a posição-sujeito feminista radical, as mulheres trans “escolhem” ser mulher, em oposição às mulheres cis, que não “escolhem” ser mulher. Nesse sentido introduzo a terceira crítica, a crítica da colonização do feminismo com a SD 2:

SD2

As defensoras de falos sempre indignadas. Normal, faz parte da socialização feminina defender e idolatrar o falo e tudo que diz respeito a ele, inclusive o sujeito falocentrado: isso é o patriarcado. Esse feminismo colonizado e falocentrado tb silencia e mata mulheres. Abandonem o falocentrismo e defendam suas irmãs, em vez de enfiar pau no feminismo. Rompam com a colonização falocentrada!

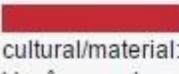
Curtir · Responder · 15 de novembro de 2015 às 00:34

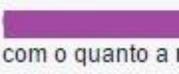
Nessa SD, extraída de um contexto de discussão entre transativistas e feministas radicais, vemos, novamente, uma série de paráfrases em “As defensoras de falos”, “faz parte da socialização feminina defender e idolatrar o falo” e “esse feminismo colonizado e falocentrado”. Essa crítica da “colonização falocentrada” enxerga, portanto, as mulheres trans que querem fazer parte do movimento feminista, como homens que

estão colonizando o feminismo, como se vê na oposição “Abandonem o falocentrismo e defendam suas irmãs, em vez de enfiar pau no feminismo”. Nessa SD temos uma repetição massiva da mesma ideia em forma de paráfrases, característico do discurso autoritário. Por fim, a crítica à identidade de gênero, apresentada na SD1, está diretamente ligada a crítica da colonização, pois é preciso não reconhecer as mulheres trans como mulheres para formular essa ideia.

Para a terceira análise, apresentarei quatro sequências discursivas¹⁵ diferentes para serem, em seguida, analisadas em conjunto:

SD 3 - 1

  Biologia importa mas o feminismo radical luta por algo cultural/material: a socialização.
Vocês nos chamam de biologizantes, dizem que não se resume mulher só a vagina, mas me diz o que é ser mulher se não o fruto ou a consequência de ter nascido com uma buceta? Porque tu é criada diferente de um homem e criada pra ser submissa senão por ser mulher?
Agora performar gênero e se dizer muito mais oprimida que nós, porque é por isso que o feminismo luta, pelo fato de termos sido socializadas pra sermos submissas, com premissas que nem sequer batem com pautas feministas, por coisas muitas vezes misóginas, anti feministas, porque toda a luta transativista merece mais respeito do que o que tu sofre por ser mulher? Tu não acha que isso é fruto da socialização? Pq eu acho. E lamento que existam mulheres que ainda servem de escudo pra macho fetichista.
27 de maio às 16:07 - Curtir -  9

  opa, tive que voltar então... Olha,  concordo com o quanto a mulher sofre pelo seu corpo, por ter vagina e útero e ser criada para ser submissa dentro do patriarcado. Dizer que eu considero o sofrimento de mulheres trans não quer dizer que desconsidero o feminismo só para mulheres cis. O meu problema tá aí, quando tu diz que trans é macho fetichista, acho isso desnecessário e deslegitimador de uma luta que tu não conhece. Não sei de onde tu tirou que a luta transativista merece mais respeito, não sei que feminista que diz isso, mas não fui eu. Acho que uma luta não exclui a outra.
27 de maio às 16:13 - Curtir -  1

¹⁵ Não analisarei todos os aspectos presentes nas SDs, mas sim aqueles que forem mais relevantes à medida que conduzo meu recorte. Contudo, cabe salientar que há diversos outros aspectos que poderiam ter sido analisados nas SDs à luz de outros recortes possíveis.

SD 3 - 2

Se ser transfóbica é querer um feminismo que priorize as pautas das mulheres, é ouvir e colocar minhas irmãs, todas elas, na frente de piroco. Então eu sou transfóbica mesmo.

30 de abril de 2014 às 13:44 · Curtir · 5

SD 3 - 3

o que vejo acontecendo e não é de hoje, é uma inversão de prioridades, e sabe porquê? Porque somos criadas pra abraçar tudo o que o patriarcado coloca no nosso colo e diz que é nosso dever. Agora quando tu diz que uma luta não anula a outra, eu acho que anula sim. Afinal, se tua prioridade é lutar pelo fim da opressão que nós, mulheres nascidas mulheres, com buceta, somos, então as premissas transativistas só são uma auto contradição com o teu modo de luta. O que fica obscuro é que são duas lutas, e são lutas diferentes e que de modo algum criam espelho ou identidade. Porque enquanto nós lutamos pelo fim, o transativismo luta pra reforçar.

27 de maio de 2015 às 16:21 · Curtir · 7

SD 3 - 4

Sim e eu não acho que alguém possa mudar de gênero, ainda mais mulheres. Machos que se dizem mulheres glamurizam esteriótipos que nos machucam

19 de maio de 2015 às 20:04 · Curtir · 15

A partir dessas quatro SDs que juntei em um recorte como SD 3 (parte 1, 2, 3 e 4) temos o seguinte quadro:

Quadro 2 – Posicionamentos

Sobre a luta transativista:

Feminismo radical	Transativismo
"porque toda luta transativista merece mais respeito do que o que tu sofre por ser mulher?" (SD 3 - 1)	"Não sei de onde tu tirou que a luta transativista merece mais respeito" (SD 3 - 1)
"um feminismo que priorize as pautas da mulheres" (SD 3 - 2)	"Dizer que eu considero o sofrimento de mulheres trans não quer dizer que eu desconsidere o feminismo só para mulheres cis" (SD 3 -1)
"quando tu diz que uma luta não anula a outra, eu acho que anula, sim" (SD 3 - 3)	
"enquanto nós lutamos pelo fim, o transativismo luta para reforçar" (SD 3 - 3)	
"Machos que se dizem mulheres glamurizam esteriótipos de gênero que nos machucam" (SD 3 - 4)	

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Encontramos ainda, uma segunda oposição, constitutiva desse discurso:

Quadro 3 - Discursos

Mulheres trans:	Mulheres cis:
"macho fetichista" (SD 3 -1)	"Nós, mulheres nascidas mulheres, com buceta" (SD 3 - 3)
"piroco" (SD 3 - 2)	
"machos que se dizem mulheres" (SD 3 - 4)	

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Dessa forma, a partir dos termos "piroco", "macho fetichista", "machos que se dizem mulheres" e "um feminismo que priorize as pautas das mulheres" está dado que: 1. as mulheres trans não são mulheres, 2. as mulheres trans são homens. Em seguida, com "eu acho que anula sim" temos que: 3. a luta transativista anula a luta feminista. E,

por fim, temos a oposição: 4. “nós lutamos pelo fim, o transativismo luta para reforçar [o patriarcado]”.

Nessa análise, a primeira coisa que salta aos olhos é que os termos usados para mulheres trans são bastante deslegitimadores e transfóbicos e, portanto, representativos desse discurso que circula na internet. Dessa forma é importante analisarmos como as mulheres trans estão sendo tratadas quando há referência a elas. Além disso, feminismo e transativismo são colocados em oposição, e o transativismo é acusado de reforçar aquilo que o feminismo radical combate, o patriarcado. A crítica que está por trás desses dizeres é: **1. O transativismo reforça o patriarcado e 2. trans fetichizam estereótipos de gêneros.**

Na SD 2 – 1, em “com premissas que nem sequer batem com pautas feministas, por coisas muitas vezes misóginas, antifeministas”, há uma referência (não explícita) aos estereótipos de gênero, portanto um dos argumentos é de que as mulheres trans, ao se vestirem conforme o estereótipo de gênero para mulheres, estão sendo “antifeministas”.

O discurso feminista radical, por ser um discurso autoritário, não está aberto a questionar seus pressupostos e por isso apresenta muitos desentendimentos sobre o que significa ser trans. Um dos desentendimentos centrais é sobre como acontece o processo de socialização com as mulheres trans, uma vez que as feministas radicais acreditam que as mulheres trans “glamurizam estereótipos de gênero”.

Nesse sentido, parece que a crítica da fetichização de estereótipos se dá pela descrença na “identidade de gênero” das mulheres trans. Pois, uma criança cis cresce absorvendo os papéis de gênero conforme o patriarcado designa para o seu gênero, ou seja, uma menina cis tenderá, por exposição, repetição e observação a internalizar gestos e comportamentos considerados femininos, pois essa é a norma que a rodeia.

Uma criança trans, por sua vez, parece que assim que é capaz de perceber que sua auto-percepção não está de acordo com sua aparência física, começa a absorver os papéis de gênero conforme o patriarcado designa ao gênero que ela se percebe. Dessa forma, mulheres trans, assim como mulheres cis, seriam socializadas pelo patriarcado de acordo com os estereótipos de gênero designados as mulheres. Esse

processo, contudo, é “invisível” tanto nas mulheres cis, quanto nas mulheres trans, pois é interno.

Nesse sentido, ainda que as mulheres trans possuam, por certo período de suas vidas, alguns privilégios relegados aos homens enquanto a sociedade as lê como tais – héteros, ou gays - ao mesmo tempo sofrerão por não conseguirem alcançar o reconhecimento que, devido ao aspecto físico das mulheres cis e a “ditadura” das normas de gênero, já está dado para as mulheres cis. Isso não significa, contudo, que as mulheres cis tenham o “privilégio” de serem lidas como mulheres, pois é sabido, conforme a teoria feminista, que a sociedade subjuga as mulheres pelos ritos do processo socializante. Isso apenas evidencia que para as mulheres trans serem reconhecidas por sua identidade de gênero e serem “lidas” como mulheres, a forma é através dessas normas de estereótipos de gênero, ou conforme Butler “normas de inteligibilidade cultural”:

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo” [...] “do ponto de vista desse campo, certos de tipo de “Identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2003, p. 39).

O “nó” da compreensão do que significa ser trans por parte daquelas que questionam a transgeneridade está, portanto, justamente nessa questão, pois este processo de socialização que nas mulheres cis parece acontecer de forma passiva e “natural” a partir do processo patriarcal de socialização, na mulher trans parece acontecer de forma “ativa”, como se ela perseguisse esse processo de submissão para ser reconhecida como mulher. No entanto, me parece que é justamente nesse ponto que reside o equívoco, pois as mulheres trans se sentem (e são, evidentemente) tão mulheres quanto as mulheres cis, dessa forma esse processo de internalização da feminilidade ditada pelo sistema patriarcal acontece passivamente com elas também. Portanto, o que as críticas da transgeneridade como reforço de estereótipos de gênero não vislumbram é que as mulheres trans também passam por esse processo socializante do “devir mulher” patriarcal, pois embora a sociedade as leia como homens, por parte de suas vidas, elas, a partir de sua identidade de gênero estão absorvendo as

normas designadas às mulheres pelo patriarcado. Por isso, inclusive, algumas mulheres trans depois de iniciadas no feminismo, começam a desconstruir alguns estereótipos impostos pela socialização feminina. Outras não o fazem, assim como muitas mulheres cis também não o fazem.

No entanto, parece haver uma cobrança e vigilância maior das mulheres trans em relação a reprodução de estereótipos de gêneros do que com mulheres cis. Pois assim como uma mulher cis não precisa “abdicar”, por exemplo, de usar batom vermelho, ou se depilar, se lhe aprouver, por serem signos socialmente ligados à “feminilidade”, mulheres trans também não deveriam. Não estou dizendo com isso que esses questionamentos não sejam importantes para reflexão do que é imposto e do que é “idiossincrático” (se é que temos condição de saber) e sim que considerar, batom vermelho, ou salto alto, algo necessariamente *feminino*, por terem sido há décadas símbolos associados a feminilidade, é completamente arbitrário, já que este é apenas um constructo social, pois não há nenhuma razão, por exemplo, para homens cis héteros não usarem batom vermelho a não ser uma norma social robustamente arbitrária fundamentada no patriarcado que normatiza e regula os comportamentos de gênero. Dessa forma, o que está em pauta é a falta de compreensão da experiência trans e o que isso implica na formação social dessas pessoas.

A segunda crítica presente nas SDs é a de que o transativismo reforça o patriarcado, quando o transativismo e feminismo foram postos em oposição sendo afirmado que uma luta anula a outra, pois o transativismo “luta para reforçar” o que o feminismo luta contra. Contudo, depois dessas análises vemos que todas essas críticas são interdependentes e estão contidas em uma crítica maior, de forma que temos:

Figura 8 – Crítica feminista radical à transgeneridade



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Dando sequência para as análises, vejamos a próxima SD:

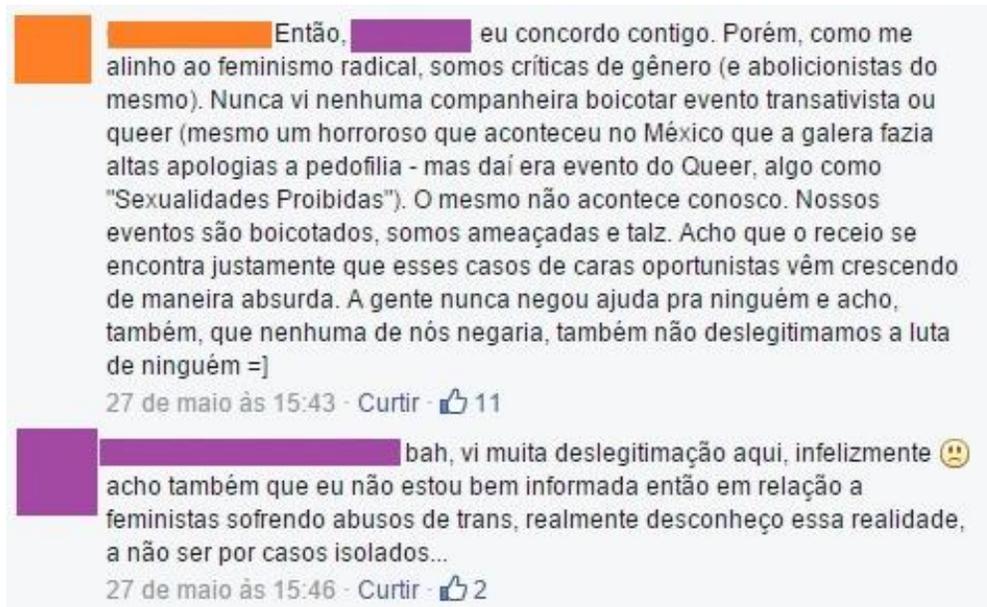
SD 4

o que eh se identificar como mulher? eu não faço a menor ideia o que uma pessoa trans sente, como ela pode ter um pênis e se identificar como mulher, só sei que isso acontece, que isso é possível e que essa pessoa sofre com isso. Eu também não sei como é ser mulher e sentir atração por outra mulher, porque sou hetero, mas não vou dizer que isso é impossível, certo?

como tu sabe q te identifica com o genero q foi imposto? fui socializada como mulher e nunca passou pela minha cabeça que eu poderia ser outra coisa, só isso.

tu se identifica baseado no que? o que eh genero? oq eh mulher? eu acredito em teoria de gênero performativo, me parece algo que explica muita coisa. Acho complicadíssimo esse assunto, mas considerando tudo que vejo a minha volta e toda a luta de pessoas trans, eu não posso vincular gênero ao órgão sexual, não considero certo.

27 de maio às 15:43 · Curtir · 1



Na frase: **“eu concordo contigo. Porém, como me alinho ao feminismo radical, somos críticas de gênero (e abolicionistas do mesmo).”**, temos a expressão do bom-sujeito feminista radical (abordado no capítulo 2), pois, há uma aderência à forma-sujeito do discurso feminista radical. Aqui cabe uma observação: na teoria da AD, Pêcheux utilizou o termo bom-sujeito para o processo de aderência completa ao discurso de uma FD, o que vemos aqui é que o feminismo radical é uma posição-sujeito *dentro da FD feminista*, e não uma FD. Porém, no ambiente virtual, essa posição-sujeito vem sendo a posição central do feminismo e por isso, a FD feminista vem sido tratada, muitas vezes, como se fosse a FD feminista radical. Dessa forma, o conceito de bom-sujeito é pertinente, ligado aqui a uma posição-sujeito central. O enunciado “eu concordo contigo”, apesar de dar indícios de uma abertura à outra posição-sujeito, é seguido de um enunciado que marca um discurso autoritário, “porém, como me alinho ao feminismo radical, somos críticas de gênero”. O que poderia parecer uma contradição funciona aqui como reforço da posição-sujeito feminista radical. Nesse discurso, a luta das mulheres trans pelo reconhecimento de seu gênero é vista como reforço do patriarcado, já que no discurso feminista radical a única forma de acabar com o patriarcado é através da abolição de gêneros.

3.2 UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO PELA POSIÇÃO-SUJEITO FEMINISTA RADICAL

Para avançarmos nessa questão e dar continuidade às análises de SDs iniciadas no capítulo anterior, trago uma amostragem do que está sendo produzido em blogs feministas radicais, no âmbito brasileiro, em defesa das feministas radicais sobre a acusação de transfobia, a partir de SDs do texto “Por que o feminismo radical é acusado de ser conivente com a “transfobia?””¹⁶ retirado do blog “radicalista.wordpress”:

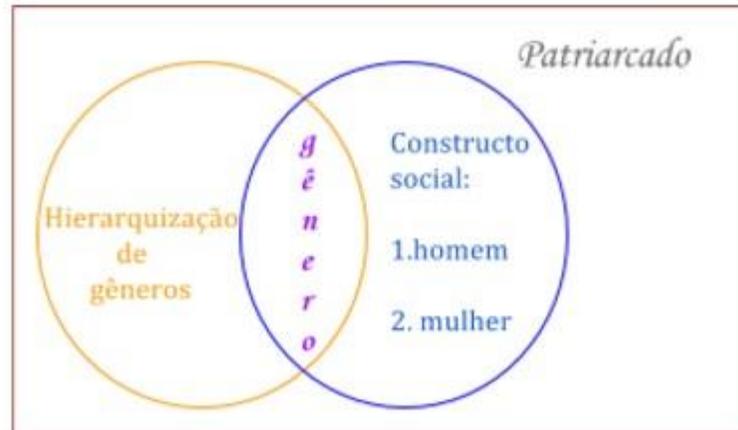
SD 5

Nós, feministas radicais, não somos “transfóbicas”, mas temos, sem dúvidas, discordâncias com reformistas de gênero sobre o que o gênero realmente é. Reformistas de gênero acham que o gênero é natural, quase um produto da biologia humana. Feministas radicais e pessoas abolicionistas de gênero encaram este [o gênero] como algo social, que produz e é produto da supremacia masculina, logo, é essencial para a manutenção desta. Reformistas de gênero encaram gênero como uma “identidade”, um conjunto interno de sentimentos que as pessoas possam ou não ter. Feministas radicais e abolicionistas de gênero encaram gêneros como o sistema patriarcal de “castas”, conjuntos de condições materiais e sociais nos quais um indivíduo já nasce imerso. Reformistas de gênero o encaram como um binarismo, enquanto feministas radicais e abolicionistas de gênero o encaram com uma hierarquia; hierarquia esta na qual quem está no topo é a classe masculina.

Nessa SD temos “**Não somos transfóbicas, mas [...] “temos discordâncias sobre o que o gênero *realmente é*”** (grifo meu). Dessa forma que o gênero *realmente é* compete ao feminismo radical definir. Em seguida em “**feministas radicais encaram o gênero como sistema patriarcal de ‘castas’” e “encaram como hierarquia que quem está no topo é a classe masculina”** temos uma síntese da visão de gênero do feminismo radical que é contraposto a visão de gênero das transfeministas (citadas como “reformistas de gênero”. Nesta síntese, o gênero é definido como hierarquia de gênero de forma que temos:

¹⁶ Disponível em: << <https://radicalista.wordpress.com/2014/07/31/por-que-o-feminismo-radical-e-acusado-de-ser-conivente-com-a-transfobia/> >>

Diagrama - Concepção de gênero



Fonte: elaborado pela autora (2015).

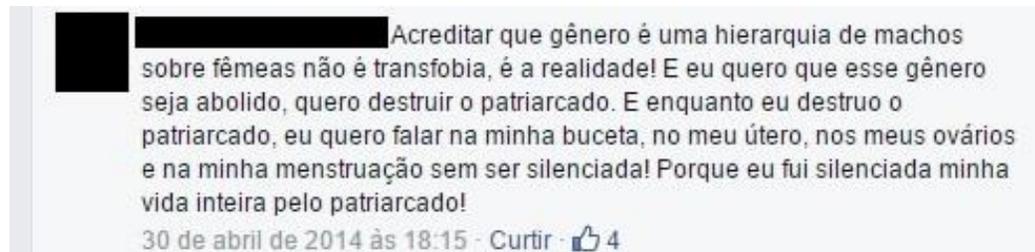
No entanto, como um conceito pode ser definido a partir de um outro conceito que o pressupõe? Ou seja como definir gênero a partir de “hierarquização de gêneros”, se nesse conceito já está pressuposto “gênero” antes mesmo de termos definido o que é “gênero”?

Vejamos outras duas SDs:

SD 6 - 1

Feministas radicais são críticas do gênero em si. Não não temos como projeto a **reforma dos gêneros** – nós somos **abolicionistas de gênero**. Vemos o gênero como uma opressão, já que ele divide seres humanos em duas classes distintas, ambas com papéis de gêneros e socializações diferentes. Embora ambas as classes sejam individualmente oprimidas por serem limitadas por esses papéis de gênero e moldadas por suas formas de socialização, o gênero, por estar intimamente ligado com o patriarcado, é também o que separa os indivíduos em classes “masculina” e “feminina” e que, com base em formas de socialização distintas, é essencial para executar a opressão da classe privilegiada e opressora masculina sobre a classe oprimida feminina.

SD 6 - 2



Na SD 6-1 o gênero é tido como **“uma opressão, já que ele divide os seres humanos em duas classes distintas”** e portanto sustenta o patriarcado, por isso a posição-sujeito feminista radical defende a abolição do gênero. Na SD 6 - 2 o discurso se constrói a partir de uma interpretação dada como a única possível: **“gênero é uma hierarquia de machos sobre fêmeas” “é a realidade!”** a partir daí, tudo que se segue parte dessa premissa. Além disso, em **“Eu quero que esse gênero seja abolido”** e **“quero destruir o patriarcado”**, fica posto que para destruir o patriarcado é preciso que o gênero seja abolido, pois, uma das premissas dessa posição-sujeito dentro da FD feminista é a de que o gênero sustenta o patriarcado, dessa forma para as feministas radicais temos:

Patriarcado e gênero



Fonte: elaborada pela autora (2015)

Contudo, é importante ressaltar que os significados de “gênero” dados pelo movimento transativista e pelo movimento feminista radical são diferentes. Analisemos, portanto na próxima sessão essas diferenças.

3.3 UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO PELA POSIÇÃO-SUJEITO TRANSFEMINISTA

Ao longo de nossa história recente, pesquisadores das ciências humanas, ciências médicas e da psicologia afirmaram que “sexo” e “gênero” não são sinônimos, sendo o primeiro a definição biológica, ou seja a diferenciação sexual cromossômica, e o segundo, segundo muitos pesquisadores, as atribuições sociais que a sociedade dá para cada sexo, “a primeira utilização do termo “gênero” data de 1955, e foi proposto por John Money para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres” (LIMA, 2007, p. 168).

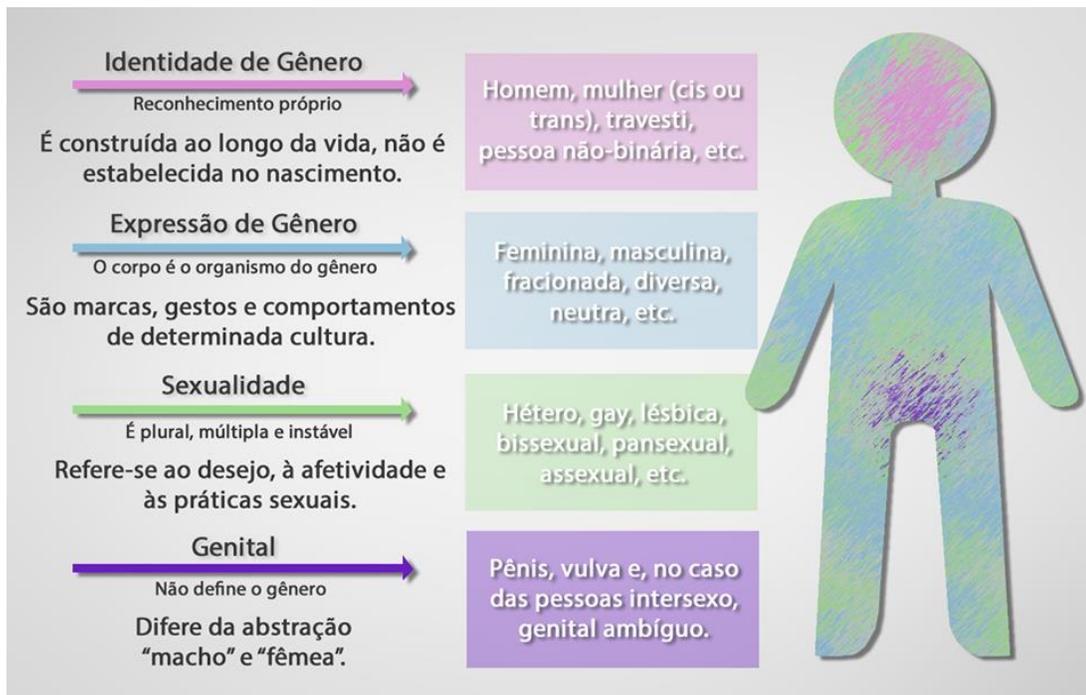
A filósofa norte-americana Judith Butler, uma das principais teóricas do feminismo contemporâneo em questões de gênero, salienta, contudo, que a mudança da concepção de “gênero” para “identidade de gênero” é crucial para o feminismo contemporâneo:

Há uma ou duas décadas, a discriminação de gênero se aplicava tacitamente as mulheres, isto já não serve como marco exclusivo para entender sua utilização contemporânea. A discriminação das mulheres continua - especialmente das mulheres pobres e das mulheres negras, se considerarmos os níveis diferenciais de pobreza e alfabetização não só nos Estados Unidos, mas globalmente - de modo que continua sendo crucial reconhecer esta dimensão da discriminação de gênero. Contudo, o gênero agora significa *identidade de gênero*, uma questão particularmente sobresalente na política e teoria de transexualidade e transexualidade” (BUTLER, 2006, p .20). (Tradução livre) (Grifos meus).

O conceito de “identidade de gênero” é essencial para se compreender a “experiência de gênero” das pessoas transexuais, por isso é esse conceito de gênero que o transfeminismo defende, ou seja, “gênero = identidade de gênero”. Nesse sentido, é relevante distinguir alguns outros conceitos que podem ser facilmente

absorvíveis pela ilustração abaixo, que circula na internet nos meios transativistas, para tornar essa reflexão mais clara:

Conceitos-chave em gênero



Fonte: autor desconhecido.

Na ilustração acima, podemos notar que os conceitos “mulher” e homem” estão indicados na primeira caixa, em “identificação de gênero”, nesse sentido, Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga e grande pesquisadora brasileira de questões de gênero define a identidade de gênero como “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento.” Além disso, podemos notar que “feminilidade” e “masculinidade” estão em “expressão de gênero”, pois, conforme o texto “São marcas, gestos e comportamentos de determinada cultura”. Além disso, na caixa verde clara em “sexualidade” temos orientações sexuais e nesse sentido é importante ressaltar que, segundo, Jesus, “Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero” (JESUS, 2012, p. 24).

Ademais, a transgeneridade é atravessada por um discurso da ciência. Nesse sentido, o geneticista americano, Eric Vilain da UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles), que dedicou sua carreira a estudar identidade de gênero, em uma entrevista concedida ao jornal inglês “The week” afirma que a transgeneridade “É como uma mistura de fatores. Não há evidências da influência biológica na transexualidade ainda” e complementa com suas expectativas como pesquisador “Nós estamos esperando encontrar algum componente biológico? Certamente eu estou.” Em outra parte da entrevista o geneticista demonstra entendimento das barreiras que a transfobia traz às pessoas “Pessoas transgêneros e seus advogados estão pedindo para a sociedade levar a sério essas identidades de gênero internas e respeitar o direito delas de fazer a transição”.

Vejamos agora o que as transfeministas dizem sobre sua concepção de gênero no blog tranfeminista “feminismotrans.wordpress”¹⁷:

SD 7

Finalmente, gostaria de falar sobre gênero. Feministas radicais advocam a abolição do gênero, o que é compatível com o pensamento de muitas transfeministas. Não apenas compatível como diretamente influenciado pelas nossas irmãs e precursoras radicais. Há, entretanto, um jogo semântico enorme aí, que considero desonesto. Feministas transfóbicas propositalmente ignoram que na maioria das vezes que falamos de gênero estamos conceituando ele de forma diferente da conceituação feminista radical. A visão de gênero dentro do transfeminismo é múltipla, tremendamente múltipla. Não dá para ignorar a multiplicidade de significados desse termo em cada dialeto intra-feminista e argumentar a partir do senso-comum. E eu não consigo acreditar que feministas radicais transfóbicas não saibam disso. O objetivo obviamente não é criticar como a teórica X conceitua gênero e debater por que acha esse entendimento do termo errôneo. O objetivo é desumanizar e atacar pessoas trans se agarrando em qualquer justificativa teórica que pareça possível.

Na SD 7 há referência ao jogo semântico da palavra “gênero” em **“há, entretanto, um jogo semântico enorme aí, que considero desonesto”** e **“na maioria das vezes que falamos de gênero estamos conceituando ele de forma**

¹⁷ Disponível em: << <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/05/24/feminismo-radical-e-feminismo-trans/> >>

diferente das feminista radicais”. Os desentendimentos e divergências entre as posições-sujeito transfeminista e feminista radical sem dão, pois cada uma conceitua gênero de uma forma. Por isso, o debate já começa equivocado, pois cada lado está falando em uma linguagem.

3.4 DESENTENDIMENTOS DE BASE NO DISCURSO FEMINISTA RADICAL

Embora o discurso feminista radical, como se apresenta na internet, costume ser crítico ao acolhimento das mulheres trans, algumas das autoras comumente citadas pelas feministas radicais se posicionaram contra a transfobia. Andrea Dworkin, por exemplo, em *Woman Hating: A Radical Look at Sexuality*, publicado em 1979, afirmou que “toda pessoa transexual tem direito à sobrevivência em seus próprios termos” defendendo, inclusive, que as pessoas transexuais devem ter acesso à cirurgia de redesignação de sexo. Nesse sentido, a autora ainda afirmou que:

Podemos presumir que há uma grande parte sobre a sexualidade humana a ser descoberta, e que nossa noção que distingue a sociedade em apenas dois sexos não pode permanecer intacta. É possível presumir que iremos descobrir outras formas de identidade na mesma proporção da nossa habilidade em enxergá-las. (DWORKIN, 1979, p. 187). (Tradução livre).

Porém, Dworkin já havia sido criticada pela comunidade trans por, na tentativa de conciliar seu ideal de abolição dos gêneros com a existência de pessoas trans, ter especulado em “Woman Hating” que, em uma sociedade andrógina – um ideal utópico em que não existiria hierarquia entre os gêneros -, a transexualidade tenderia a desaparecer, porque as pessoas trans iriam se sentir aptas a vivenciar suas sexualidades em uma androginia fluida, ou porque novas construções de identidade de gênero e sexual iriam surgir, diferentes das que temos atualmente (DWORKIN, 1979, p. 187).

Além disso, posteriormente, Dworkin contribuiu com o livro de Janice Raymond, “*The Transsexual Empire*”, em que a autora afirma que a transexualidade está baseada nos mitos patriarcais reforçando os estereótipos de gênero, além de ser uma forma de colonização do feminismo. Trago aqui um excerto ilustrativo do caráter da obra:

Os transexuais seriam mais honestos se lidassem com sua forma específica de agonia de gênero que os inclina a quererem uma operação transsexualizante. Essa agonia de gênero provém do fato de ter nascido com cromossomos XY e *querer* ter nascido XX, e da história de vida particular que produz este tipo de aflição. O lugar para lidar com este problema, no entanto, não é na comunidade de mulheres. O lugar para confrontar e resolver isto é entre os próprios transexuais. As pessoas devem poder fazer escolhas em relação a quem querem ser. Mas devem poder fazer *qualquer* tipo de escolha? (RAYMOND, 1979)

Através desse excerto, podemos ter uma dimensão da transfobia de Raymond, que acredita que a transgeneridade vem “da história de vida particular que produz esse tipo de aflição” demonstrando sua visão patologizante. Além disso, a autora nega a identidade trans, bem como chega a questionar o direito das pessoas trans em proceder como quiserem de acordo com sua identidade: “As pessoas devem poder fazer escolhas em relação a quem querem ser. Mas devem poder fazer *qualquer* tipo de escolha?”

Portanto, embora Dworkin tenha escrito brevemente sobre a transexualidade de uma forma aparentemente mais receptiva, sua colaboração como leitora e comentadora desse livro de Raymond em um dos capítulos (o nome de Dworkin é citado somente na introdução do livro) onde a autora aborda a transexualidade lésbica-feminista como um constructo perverso de forma notoriamente transfóbica fez com que Dworkin passasse a ser considerada transfóbica, pois depois dessa participação na obra de Raymond, seu posterior silêncio e falta de posicionamento público sobre a os posicionamentos transfóbicos do livro foram bastante notórios.

Além disso, Dworkin se popularizou por dar continuidade e reafirmar a concepção de gênero defendida por outras feministas radicais anteriores a ela, como Kate Millet (MILLET, 1971) que afirmava que o sexo é uma categoria de status com implicações políticas (ROWLAND, KLEIN, 1997). Ou seja, “mulher” como classe política oprimida pela classe política dominante, os “homens”, ou a “hierarquização social entre os sexos”, conforme Beauvoir na introdução do “Segundo sexo” (1949). Nesse sentido, Dworkin afirmará que: “Gênero não é um sentimento — é um abuso de direitos humanos contra uma classe inteira de pessoas, ‘pessoas chamadas mulheres’ ” (DWORKIN, 1985, p. 21-22).

É interessante observar, contudo, que Dworkin, anteriormente, ao falar sobre os mistérios da sexualidade humana afirmou que “a nossa noção que distingue a sociedade em apenas dois sexos não pode permanecer intacta.” (DWORKIN, 1979). O que a autora se refere como “sexo”, contudo, se trata de “gênero”, pois conforme a própria autora assevera em “É possível presumir que iremos descobrir outras formas de *identidade* na mesma proporção da nossa habilidade em enxergá-las” (grifo meu), o que ela chamou de “sexo” não poderia se tratar da designação cromossômica XX e XY, mas sim de outras formas de “identidade de gênero”, ou seja auto-identificação. A autora demonstra confundir os termos, caindo em contradição, pois ora afirma que podemos ampliar nossas formas de identidade para além do que ela chamou de “dois sexos”, mas que na verdade se trata de “gênero” e ora afirma que “gênero não é um sentimento”. Os dois usos que a autora faz se confundem, pois Dworkin ao querer se mostrar receptiva a existências de outras identidades ao mesmo tempo que defende gênero como sinônimo de hierarquia entre homens cis e mulheres cis, acaba caindo em contradição. Podemos ver portanto, que uma das feministas radicais mais citadas no contexto virtual brasileiro não tinha clareza desses conceitos para compreender que essa noção de gênero é muito limitante.

Já, outra feminista radical célebre, Catherine MacKinnon, conhecida principalmente por sua obra centrada na luta contra a pornografia e prostituição, se mostrou mais receptiva com mulheres trans:

Em base meu sentimento, junto com Simone de Beauvoir, é de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Como uma pessoa se torna mulher não é, eu acho, nosso trabalho policial, mesmo que tudo sobre esse processo valha a pena investigar e ter um compreensão detalhada. Tendo sido cercada por mulheres que nasceram mulheres mas que não se identificam particularmente como mulheres, e que rejeitam o feminismo como não tendo nada a ver com elas, tem sido inspirador encontrar mulheres trans que se identificam como sendo mulheres, ativamente se opõem à violência contra a mulher, incluindo a prostituição (na qual aquelas que participam tem pouca escolha), e são feministas ferrenhas. “Mulher” pode ser, em parte, uma identificação política. Para ser mulher, tem que se viver o status de mulher. Mulheres trans estão vivendo isso, e pela minha experiência ainda trazem uma perspectiva valiosa”¹⁸. (Entrevista concedida ao site Transadvocate, em 2015)

¹⁸ Tradução livre do original: “My basic feeling, with Simone de Beauvoir, is “one is not born, one rather becomes a woman.” How one becomes a woman is not, I think, our job to police, even as everything about that process is worth inquiry and detailed understanding. Having been surrounded by born women who do not identify as women particularly, and reject feminism as having nothing to do with them, it has

MackKinnon, nesse trecho, demonstra reconhecer as mulheres trans como mulheres e inclusive aponta que muitas mulheres trans são melhores feministas que mulheres cis. No entanto quando a autora salienta que “*mulher’ pode ser, em parte, uma identificação política. Para ser uma mulher, é preciso viver o status de mulher*”, não fica claro se a autora compreende de fato a transgeneridade, ou se está fazendo, em parte, uma analogia com “lesbianismo político”, um conceito advindo do feminismo radical em que se discute a heterossexualidade compulsória, defendendo que a orientação sexual pode ser elegida como uma forma de resistência política feminista. Pois se é dessa forma que MackKinnon está entendendo a transgeneridade, ela está interpretando de forma diferente do que costuma ser descrito como identidade de gênero, pois a mulher trans não *escolhe* ser mulher como um ato político. Por isso, não há semelhanças entre transgeneridade e identidade política

Evidentemente, existem outras autoras feministas radicais que, como Janice Raymond, defendem um discurso contra mulheres trans. No entanto, é interessante apontar que Dworkin e MacKinnon são referências comumente citadas como fonte de referência no discurso feminista radical na internet, por isso, é bastante interessante que essas contradições das autoras não sejam trazidas ao debate. Contudo, o ponto que considero mais relevante a partir do exemplo de Dworkin e MacKinnon é, a evidente nebulosidade na compreensão dos termos que abordam a compreensão da transgeneridade por parte de muitas feministas radicais. Se algumas das próprias grandes autoras dessa corrente incorrem em contradição e deslizes em relação aos conceitos de gênero, hierarquização de gêneros e identidade de gênero, é esperado que suas seguidoras reproduzam esses desentendimentos e simplificações.

Por fim, cabe ressaltar que “transfobia”, conforme a etimologia do sufixo, significa repulsa ou preconceito contra a transexualidade, portanto poderia se dizer que o feminismo radical não é *necessariamente* transfóbico, embora comumente seja trans-excludente (o que já pode ser visto como tranfóbico por algumas pessoas), pois

been inspiring to encounter transwomen who do identify as women, actively oppose violence against women including prostitution (in which those who engage have little choice), and are strong feminists. “Woman” can be, in part, a political identification. To be a woman, one does have to live women’s status. Transwomen are living it, and in my experience bring a valuable perspective on it as well.”

analisando o discurso feminista radical fica claro que a questão central para essa posição-sujeito é tratar apenas da questão da hierarquização entre homens cis e mulheres cis, o que não necessariamente é transfóbico, mas um recorte do feminismo.

Contudo, o discurso feminista radical reproduzido nos domínios virtuais brasileiros (assim como nos estado-unidenses de onde esse discurso foi importado) é o discurso de que mulheres trans *não são mulheres*, tampouco deveriam estar no movimento feminista. O feminismo radical praticado na redes é, portanto, notoriamente transfóbico, pois não reconhece a transgeneridade e acusa as mulheres trans de estarem colonizando o movimento feminista e reforçando o patriarcado, como vimos nas análises da sessão anterior.

Ademais, considerando que os pressupostos mais básicos do feminismo radical excluem pessoas trans, pois partem de uma visão cisnormativa, poderia se argumentar que o feminismo radical é transfóbico *per se*. No entanto acredito que assim como, analogamente, “heteronormatividade” e “homofobia” não sejam a mesma coisa, o feminismo radical é uma teoria cisnormativa, mas não necessariamente transfóbica, embora, como já elucidei anteriormente, costume ser transfóbica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei analisar o discurso feminista com o intuito de desatar alguns nós que vêm sendo, na minha opinião, acriticamente reproduzidos na militância feminista virtual. Para isso, busquei mostrar como diferentes posições-sujeito dentro da Formação Discursiva Feminista, ou seja, a feminista radical e transfeminista, significam gênero.

Certamente não dei conta da complexidade do tema e de todos os aspectos a serem analisados, contudo, busquei, de forma sintética, realizar uma análise de alguns dos principais dizeres do discurso feminista radical e, em contraponto, do discurso transfeminista encontrados no ambiente virtual brasileiro. Para esta análise, o aporte teórico da AD foi essencial, pois a partir das noções de formação discursiva, memória discursiva e posição-sujeito, pude compreender melhor como esses discursos se relacionam e se inserem dentro da Formação Discursiva Feminista.

Ao longo deste trabalho, busquei mostrar que há muitos desentendimentos sobre a transgeneridade por parte das feministas radicais no debate com transativistas. Nesse sentido, considero pertinente citar a descrição de desentendimento do filósofo francês Rancière:

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de branco. (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

A compreensão desse fenômeno é de suma importância para analisarmos as leituras que não oferecem espaço a questionamentos de seus pressupostos de gênero e transexualidade, as quais vêm sendo feitas por feministas radicais, pois, comumente, nos contextos virtuais de ativismo feminista, conforme apresentei a partir das SDs, o feminismo e a transgeneridade são colocados em oposição. Muitas feministas radicais encaram as reflexões sobre transgeneridade pelo feminismo como um enfraquecimento ou, até mesmo, anulação da luta feminista pelos direitos básicos das mulheres como, são o direito ao aborto, o combate à violência doméstica, a punição para estupradores,

a desigualdade salarial e todas as pautas básicas do movimento feminista, como se essas pautas estivessem sendo esquecidas em detrimento da inclusão de mulheres trans no feminismo. Contudo, há uma outra posição que defende que a participação de mulheres trans no feminismo em nada diminui a luta por essas pautas históricas do movimento feminista, apenas atualiza o movimento feminista incluindo novas questões.

Essa reação por parte das feministas radicais me parece receio de perder um referencial teórico fácil de aderir e compreender, pois o discurso feminista radical, por ser tão categórico, é fácil de ser adotado e reproduzido. Ao meu ver, foi justamente por isso que ele se popularizou tanto e de forma tão rápida no ativismo feminista virtual. Contudo, o mundo e seus fenômenos sociais e biológicos são mais complexos do que uma teoria com definições tão dogmáticas como o feminismo radical apresenta e “as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade” (BUTLER, 2003, p.38)

Tendo em vista que foi o discurso feminista radical que mais se alastrou no ativismo virtual é importante observá-lo atentamente. Nosso corpus mostrou que esse discurso chama mulheres trans de “machos fetichizadores” que estão “colonizando o feminismo”, apresentando-se, portanto como um discurso transfóbico.

O discurso feminista radical, encontrado no corpus, não afirma que respeita a identificação de gênero do outro, apesar de não a compreendê-la e de ela não se encaixar em sua própria concepção. Ele advoga que o acolhimento da transgeneridade é um equívoco, desconsiderando todos os relatos das pessoas trans. A transgeneridade, portanto, é a “pedra no sapato” do feminismo radical, que precisa ser negada através de um discurso autoritário e transfóbico, que interpreta como um perigo, o de levar ao fim do feminismo e dos espaços conquistados. Contudo, transfeministas estão pedindo que mulheres trans e cis se organizarem juntas contra o patriarcado, mas que se mantenham espaços para organizações separadas conforme a proposta no manifesto e documento “Por que queremos abertura dos encontros feministas às pessoas trans”, escrito por travestis e mulheres trans que reivindicavam, em 2005, a participação no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que aconteceu em São Paulo:

Compreendemos a necessidade de espaços em que se esteja “entre idênticas”. Esses espaços podem conviver perfeitamente com um Encontro aberto a outros gêneros/sexos (através de oficinas fechadas, por exemplo). Mas a inclusão de pessoas em um Encontro Feminista regional é uma mensagem forte demais sobre o que o feminismo latino-americano do século XXI diz sobre si mesmo para que deixemos passar esta exclusão.¹⁹

Contudo, as mulheres trans seguem sendo excluídas de diversos espaços feministas. Por fim, embora o feminismo radical e o transfeminismo sejam posições-sujeito, aparentemente irreconciliáveis, pois cada um desses movimentos se assenta em uma concepção de gênero bastante distinta, acredito que se algumas feministas radicais passassem a reconhecer que o que conceituam como “gênero” se trata de “hierarquização de gêneros” e reconhecessem o conceito de “identificação de gênero” como algo real, poderia, talvez, haver uma nova vertente feminista radical trans inclusiva. Isso, é claro, não passa de especulação, mas pode ser o objeto de uma investigação futura. Afinal, conforme Orlandi, o discurso é uma mediação que “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2012, p. 15). Nesse sentido, meu intuito com esse trabalho foi o de tentar contribuir, a partir da análise de alguns desentendimentos entre essas duas posições-sujeito feministas, para um futuro e um feminismo livres de transfobia.

¹⁹ Publicado em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331550.shtml>>.

REFERÊNCIAS

- BEHENCK, Rosângela Leffa. **Sujeitos e sentidos em blogs educativos**: entre a movência e o retorno. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2010, Porto Alegre.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Nova York: Routledge, 2004.
- CASTELLS, Manuel. Os desafios da sociedade de rede. In: _____. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 224-230.
- CAZARIN, Ercília Ana. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 109-122.
- _____. Gestos Interpretativos na Configuração Metodológica de uma FD. **Organon** (UFRGS), n. 48, p. 103-118, 2010.
- DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. New York: Plume; Penguin Group, 1974. p. 21-22.
- _____. Against the male flood: censorship, pornography, and equality. Spring, 1985. **Harvard Journal of Law & Gender** (formerly Women's Law Journal), p. 270.
- FRANCHI GALLINA, Justina. Resenha de “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer”, de Louro Guacira Lopes. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 309-311, jan.-abr. 2006.
- GUIMARÃES, Beatriz. **Feminismo radical e Feminismo trans**. Feminismo Trans – O virtual é político. 24 maio 2013.
<<https://feminismotrans.wordpress.com/2013/05/24/feminismo-radical-e-feminismo-trans/>>. Acesso em: 16 ago. 2015
- INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias** - Sujeito e língua. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: Conceitos e Termos. Brasília, 2012.

_____. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanistica**, v. 78, p. 241-258, 2014.

_____; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista CRONOS**, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010. (Dossiê Transformações em gênero).

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução**. 2015. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/wp-content/uploads/2015/09/O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015

KOYAMA, Emi. **Transfeminist Manifesto**. Eminism.org, 2001. Disponível em: <<http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

KROLOKKE, Charlotte; SORENSEN, Anne Scott. "From Suffragettes to Grrls". In: **Gender Communication Theories and Analyses: From Silence to Performance**. Sage, 2005.

LAPA, Nadia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**. Política, Carta Capital, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

LIMA, Rita de Lourdes de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 165-182, dez. 2007. ISSN 2238-3786.

LISBOA, Vinícius. **Transexuais precisam recorrer à Justiça para mudar nome e gênero**. Agência Brasil. 29 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/transexuais-precisam-recorrer-justica-para-mudar-nome-e-genero-em>>. Acesso em: 16 ago. 2015

MACHADO, Flávia. **Memória discursiva, do metal à memória: a perspectiva da AD francesa no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://dcdigital.hypotheses.org/253>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. In: III Encontro Nacional sobre Hipertexto. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009. **Anais...** Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehte/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. (Entrevista concedida). In: BARRETO, Raquel Goulart. **Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi**. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

PÊCHEUX, M. Discurso e ideologia. In: _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Papel da memória. In: DAVALLON, Jean; ACHARD, Pierre; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. ORLANDI, Eni (Org.). Campinas: Pontes, 1999. p. 49 -57.

POR QUE QUEREMOS abertura dos encontros feministas às pessoas trans. 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331550.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2015.

RADICALISTA. **Por que o feminismo radical é acusado de ser conivente com a “transfobia”?**. 31 jul. 2015. Disponível em: <<https://radicalista.wordpress.com/2014/07/31/por-que-o-feminismo-radical-e-acusado-de-ser-conivente-com-a-transfobia/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e Filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROWLAND, Robyn; KLEIN, Renate. Radical Feminism: History, Politics, Action. In: **Radically Speaking: Feminism Reclaimed**. Tradução: Maria da Silva. North Melbourne, Victoria: Spinifex Press, 1997. p. 9-17. Disponível em: <<https://materialfeminista.milharal.org/files/2013/07/Feminismo-Radical-Hist%C3%B3ria-Pol%C3%ADtica-A%C3%A7%C3%A3o-Robyn-Rowland-e-Renate-Klein-parte.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

SÃO PAULO. **Projeto reinserção social e cidadania para o seguimento LGBTT**. 2014. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=143197>. Acesso em: 26 out. 2015

“SEX, Gender, and Sexuality: The TransAdvocate interviews Catharine A. MacKinnon”. Abr. 2015. Disponível em: <http://www.transadvocate.com/sex-gender-and-sexuality-the-transadvocate-interviews-catharine-a-mackinnon_n_15037.htm>. Acesso em 16 out. 2015.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical - Pensamento e Movimento. **Revista Travessia**, UNIOESTE-SC, n. 04, 2009.

STP – INTERNATIONAL CAMPAIGN STOP TRANS PATHOLOGIZATION. **Recent Developments related to the DSM and ICD Revision Process**. [s.l], 2013. Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>>. Acesso em: 26 out. 2015.

THE WEEK. **Born in the wrong body:** The transgender struggle. 29 set. 2013.
Disponível em: <<http://theweek.com/articles/459647/born-wrong-body-transgender-struggle>>. Acesso em: 25 nov. 2015